



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, novembro/2004

MINISTRO DA FAZENDA

Antônio Palocci Filho

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Bernard Appy

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Joaquim Vieira Ferreira Levy

CHEFE DE GABINETE

José Cordeiro Neto (substituto)

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Almério Cançado de Amorim

Jorge Khalil Miski

José Antônio Gragnani

Tarcísio José Massote de Godoy

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Aline Dieguez Barreiro de Meneses Silva

Bento André de Oliveira

Fabiana Magalhães Rodopoulos

Fabio Pereira Simoni da Silva

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo Magalhães

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 412-2203

Fax: (61) 412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2ª andar

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 10, n. 10, out. 2004. 34 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em outubro, o Governo Central registrou superávit primário de R\$ 4,8 bilhões, resultando em um saldo acumulado para o ano de R\$ 51,0 bilhões, ou 3,66% do PIB, aproximadamente 0,21 ponto percentual do PIB maior que o saldo acumulado no mesmo período de 2003. No ano passado, esse resultado acumulado foi de R\$ 42,9 bilhões, o que correspondeu a 3,45% do PIB. Em relação a setembro, o resultado primário do governo central manteve-se relativamente constante, não obstante o aumento dos gastos com benefícios previdenciários e das despesas de custeio e capital, assim como da menor arrecadação dos tributos com apuração e recolhimento semanal (IOF e CPMF). Houve repasse trimestral da CIDE para estados e municípios, e a arrecadação do Tesouro beneficiou-se do recolhimento trimestral da cota-parte de compensações financeiras (participação especial petróleo/gás) e do pagamento da primeira quota ou quota única do IRPJ e da CSLL referente à apuração do período de julho a setembro. Já se fez sentir também o impacto da Medida Provisória nº 206 art. 8º, que amplia o prazo de apuração do IPI de quinzenal para mensal, dando maior folga ao fluxo de caixa das empresas do setor industrial.

O resultado do Governo Central acumulado até outubro de 2004 ficou 0,21 ponto percentual do PIB acima daquele obtido em igual período de 2003

PRINCIPAIS VARIÇÕES ACUMULADO: 2004/2003	
DISCRIMINAÇÃO	%
Receitas	17,1%
Tesouro	16,8%
Previdência	17,8%
Transferências	10,2%
Receita Líquida	18,5%
Despesas	18,4%
Benefícios	17,7%
Pessoal	9,8%
Custeio e Capital	29,2%

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2003-2004

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ milhões			
	SET 2004	OUT 2004	JAN-OUT 2003	2004
I. RECEITA TOTAL	34.894,9	36.281,3	291.780,4	341.542,2
I.1. Receitas do Tesouro	27.246,0	28.410,3	229.125,1	267.722,1
I.1.1 Receita Bruta	28.225,9	30.355,5	237.151,0	279.703,3
I.1.2. (-) Restituições	-979,9	-1.945,2	-8.025,9	-11.981,2
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	7.527,2	7.758,7	61.864,0	72.853,5
I.3. Receitas do Banco Central	121,7	112,2	791,3	966,5
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	5.063,6	5.704,0	49.901,6	54.994,1
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (II-I)	29.831,3	30.577,3	241.878,8	286.548,1
IV. DESPESA TOTAL	25.041,3	25.821,6	198.993,7	235.534,5
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	7.067,8	7.119,6	62.467,2	68.613,0
IV.2. Benefícios Previdenciários	10.077,7	10.314,1	80.791,9	95.107,3
IV.3. Custeio e Capital	7.705,3	8.191,9	54.319,4	70.181,6
IV.3.1. Despesa do FAT	1.057,3	979,7	7.333,6	8.173,8
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	352,4	391,6	3.240,4	3.194,8
IV.3.3. LOAS/RMV (1)	673,4	679,8	3.649,2	6.733,0
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	5.622,2	6.140,8	40.096,2	52.080,1
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	58,9	63,7	431,6	494,8
IV.5. Despesas do Banco Central	131,7	132,3	983,6	1.137,8
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV+V)	4.790,0	4.755,7	42.885,1	51.013,5
V.1. Tesouro Nacional	7.350,4	7.331,1	62.005,3	73.438,5
V.2. Previdência Social (RGPS) (2)	-2.550,5	-2.555,3	-18.927,8	-22.253,7
V.3. Banco Central (3)	-10,0	-20,1	-192,3	-171,3
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			3,45%	3,66%

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. Até 2003, RMV estava sendo considerada como benefício previdenciário, integrando o resultado da Previdência Social. A partir de janeiro deste ano passou a ser computado juntamente com LOAS, integrando o resultado do Tesouro Nacional.

(2) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

(3) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

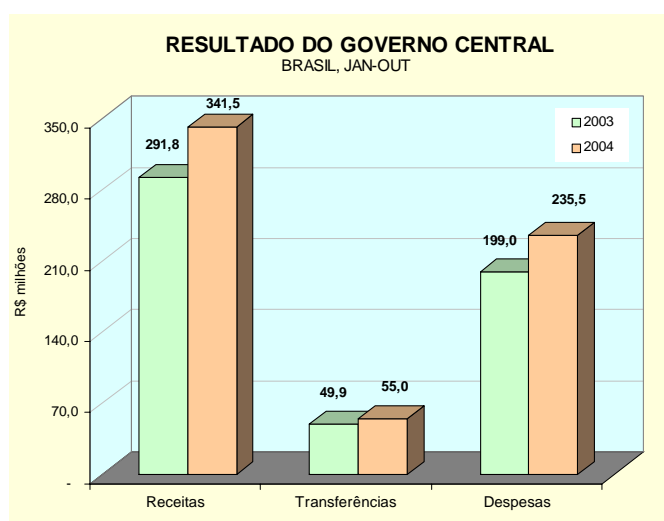
O resultado do Governo Central em outubro foi próximo daquele registrado em setembro, não obstante uma série de fatores sazonais: menor número de semanas no mês em relação a setembro; repasse trimestral da CIDE para estados e municípios; pagamento da primeira quota ou quota única do IRPJ e da CSLL; e trimestralidade do recolhimento da cota-parte de compensações financeiras.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-OUT (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Receita Total	23,45%	24,49%
Transferências	4,01%	3,94%
Receita Líquida	19,44%	20,54%
Despesa Total	15,99%	16,89%
Resultado Primário	3,45%	3,66%

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-OUT (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Tesouro Nacional	4,98%	5,26%
Previdência Social	-1,52%	-1,60%
Banco Central	-0,02%	-0,01%
Governo Central	3,45%	3,66%

O crescimento das despesas de custeio e capital no exercício (0,67 ponto percentual do PIB em relação a 2003) está em linha com a programação orçamentária e financeira do Tesouro Nacional para o exercício.

O resultado primário do Governo Central até outubro foi R\$ 8,1 bilhões (19,0%) superior ao obtido em igual período de 2003. De um lado, as despesas cresceram R\$ 36,5 bilhões (18,4%) – com destaque para os gastos com benefícios sociais e demais despesas de custeio e capital – totalizando R\$ 235,5 bilhões. De outro, a receita líquida de transferência a estados e municípios cresceu R\$ 44,7 bilhões (18,5%), perfazendo R\$ 286,5 bilhões no ano. Como proporção do PIB, o resultado do Tesouro Nacional cresceu 0,28 ponto percentual, enquanto o resultado do RGPS apresentou deterioração equivalente a 0,07 ponto percentual.



RESULTADO DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-OUT (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Receitas do Tesouro (*)	18,41%	19,19%
Transferências	4,01%	3,94%
Despesas do Tesouro	9,42%	9,99%
Resultado Primário	4,98%	5,26%

(*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

As receitas do Tesouro Nacional cresceram R\$ 38,6 bilhões em termos nominais (16,8%), atingindo o montante de R\$ 267,7 bilhões este ano, contra R\$ 229,1 bilhões até outubro de 2003. Esse comportamento da arrecadação federal está associado a diversos fatores, alguns permanentes, outros transitórios e ainda alguns de natureza contábil. Eles incluem: i) aumento da alíquota da Cofins incidente sobre entidades financeiras, da CSLL sobre empresas prestadoras de serviço e do IPI-Fumo (ao mesmo tempo em que houve redução das alíquotas do Imposto de Importação e do IPI sobre automóveis e bens de capital); ii) medidas administrativas para melhoria da eficiência da arrecadação e combate à sonegação, tais como a retenção na fonte de Cofins, IRPJ, PIS e CSLL referente a pagamentos efetuados a empresas prestadoras de serviços, extinção de crédito presumido PIS/Cofins no IPI e instituição do PAES, que tem um efeito de degrau cujo impacto não se repetirá em 2005; iii) ampliação da base de arrecadação, com a incorporação da Cofins/PIS (não-cumulativa) sobre importações, cujo efeito no que tange às importações de bens intermediários é transitório, com os pagamentos vindos a ser deduzidos dos valores devidos na

venda dos bens finais em que as importações sejam incorporadas; e iv) regulamentação da contribuição patronal do regime de previdência do servidor público (CPSS) em seguida à decisão do STF favorável à constitucionalidade do pagamento dessa contribuição pelos servidores inativos, cujo efeito é apenas contábil, já que se trata apenas de registro de receita imputada.

As transferências a estados e municípios somaram R\$ 55,0 bilhões, R\$ 5,1 bilhões superior ao registrado no período de janeiro a outubro de 2003, o que se traduz por ligeira queda (0,07 ponto percentual) quando expressas como proporção do PIB. O repasse da CIDE já alcançou R\$ 1,1 bilhão, sem correspondência no ano anterior. Entre os fatores que explicam o menor crescimento das transferências estão: i) ocorrência, em 2003, de transferência adicional de valores referentes à desoneração das exportações de 1999, não ocorrido este ano; ii) repasses de *royalties* relativamente maiores em 2003 devido ao comportamento do dólar no início daquele ano; e iii) crescimento relativamente menor da arrecadação do IR (10,9%), em conjunto com o volume relativamente maior de restituições do tributo este ano (49,3%), o que, por força constitucional, diminui a base de cálculo para repasse aos fundos de participação para estados e municípios.

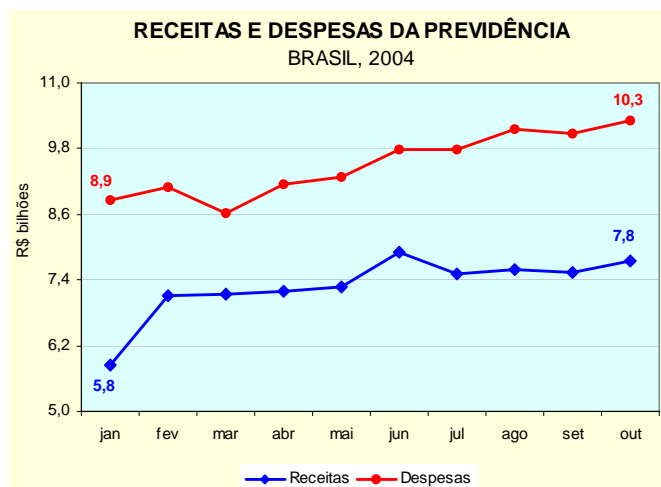
As despesas do Tesouro Nacional aumentaram R\$ 22,1 bilhões em relação a igual período do ano anterior, atingindo o montante de R\$ 139,3 bilhões. Esse comportamento está associado, em parte, ao aumento de R\$ 6,1 bilhões nos gastos com pessoal – reflexo do crescimento vegetativo da folha de pagamentos e da reestruturação de carreiras estratégicas. Além disso, houve aumento de R\$ 15,9 bilhões nas despesas de custeio e capital, o que está associado ao maior volume de benefícios sociais – notadamente LOAS e subsídios à habitação – e à execução financeira dos órgãos do Poder Executivo relativamente melhor distribuída este ano, em linha com a programação orçamentária e financeira do Tesouro Nacional e com as metas de superávit primário do exercício.

Por fim, a Previdência Social apresentou déficit de R\$ 22,3 bilhões este ano, contra R\$ 18,9 bilhões até outubro de 2003. Houve aumento de 0,25 ponto percentual do PIB nas receitas, na esteira da reforma previdenciária que aumentou o teto de contribuição para o RGPS e a retomada do crescimento do emprego formal este ano. Por outro lado, os dispêndios com benefícios aumentaram 0,33 ponto percentual do PIB, passando de 6,49% do PIB, para 6,82% do PIB. Esta aumento pode ser atribuído à elevação do valor médio e da quantidade paga de benefícios, assim como ao pagamento das decisões dos tribunais de pequenas causas referentes a reajustes das aposentadorias.

As transferências a estados e municípios em 2004 incluem R\$ 1,1 bilhão de repasse da CIDE. Por outro lado, o comportamento da arrecadação e restituições do IR reduziu a base de cálculo para os fundos de participação.

O déficit de Previdência Social aumentou em 0,07 ponto percentual do PIB, na esteira do aumento do pagamento de benefícios, em 0,33 ponto percentual, e outras despesas.

Em 2004, a Previdência Social acumula déficit de R\$ 22,3 bilhões, 17,6% superior ao resultado de idêntico período do ano passado. Como proporção do PIB estimado, o déficit do RGPS passa de 1,52% do PIB, em 2003, para 1,60% este ano.



Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

Em outubro de 2004, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 30,4 bilhões, R\$ 2,1 bilhões superior a setembro, este comportamento foi em grande parte influenciado pelos seguintes fatores: a) apuração trimestral encerrada em setembro do IRPJ e do pagamento da primeira cota ou cota única em outubro da CSLL, que geraram, respectivamente, um incremento de R\$ 880,1 milhões e R\$ 773,6 milhões; b) ocorrência de quatro semanas de fato gerador no mês contra cinco semanas em setembro, afetando tributos de apuração semanal; e c) o impacto da Medida Provisória nº 206 art.º 8, ampliando o prazo de apuração do IPI de quinzenal para mensal.

As demais receitas do Tesouro Nacional ficaram R\$ 1,5 bilhão acima das observadas no mês de setembro, devido principalmente ao recolhimento do pagamento trimestral da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

Nos dez primeiros meses de 2004, as receitas brutas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 279,7 bilhões, contra R\$ 237,1 bilhões em igual período do ano anterior. O crescimento se deu em boa parte pelo aumento da arrecadação de algumas Contribuições, especialmente da Cofins, devido, por exemplo, à nova incidência deste tributo sobre a importação. O recolhimento decorrente da CSLL também aumentou (em R\$ 3,2 bilhões, equivalente a 0,11 ponto percentual do PIB), em parte como resultado da alteração da base de cálculo da CSLL por estimativa paga pelas empresas (que passou de 12% para 32% da receita bruta, a partir de outubro de 2003).

Também se destaca a aplicação (efetivamente a partir de agosto) da Lei nº 10.887/2004 que estabelece a alíquota de 22% para contribuição patronal do regime de previdência do servidor público (CPSS) na esteira da decisão do STF favorável à constitucionalidade do pagamento dessa contribuição pelos servidores inativos, que gera uma receita imputada ao RJU (esta receita é financiada por uma despesa do próprio Governo Central, sendo neutra para o resultado fiscal).

As demais receitas do Tesouro Nacional também contribuíram para o aumento da receita bruta, totalizando R\$ 31,1 bilhões até outubro deste ano, contra R\$ 26,2 bilhões em igual período do ano anterior. Parte desse incremento decorreu da retenção na fonte da Cofins, da contribuição para o PIS e da CSLL efetuados pelas empresas contratantes de prestadoras de serviço, conforme art. 30 da Lei nº 10.833/2003, e não classificados ainda nos respectivos tributos. A rubrica “Refis e Paes” apresentou aumento de R\$ 1,0 bilhão, com destaque para o Parcelamento Especial (Paes), que entrou em vigor a partir em junho de 2003, conforme Lei nº 10.684/2003.

Em outubro, as transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 5,7 bilhões, contra R\$ 5,0 bilhões em setembro. Tal desempenho está associado principalmente a fatores sazonais que afetaram as bases de cálculo das transferências do FPE e do FPM. Por outro lado, a transferência da CIDE-combustíveis reflete a apuração trimestral dos valores devidos, conforme disposto na Lei nº 10.866/2004.

De janeiro a outubro de 2004, as transferências a estados e municípios perfizeram 3,94% do PIB. As transferências constitucionais (IR, IPI e outros) apresentaram queda de 0,07 ponto percentual do PIB. De um lado, o crescimento da arrecadação do IR foi de apenas 10,9%. De outro, houve significativo acréscimo nas restituições do tributo este ano (49,3%, em termos nominais), as quais são deduzidas da base de cálculo daquelas transferências. As demais transferências passaram de 0,67% do PIB para 0,60% do PIB devido, principalmente, aos efeitos da apreciação cambial sobre arrecadação de *royalties*.

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 15,4 bilhões em outubro, contra R\$ 14,8 bilhões no mês anterior. O acréscimo de R\$ 556,8 milhões (3,8%) pode ser explicado, principalmente, pelo aumento das demais

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-OUT (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Impostos	8,21%	8,20%
Imposto de Renda	6,07%	6,01%
IPI	1,27%	1,32%
Outros	0,87%	0,87%
Contribuições	8,74%	9,62%
Cofins	3,87%	4,52%
CPMF	1,53%	1,53%
CSLL	1,08%	1,19%
Cide - Combustíveis	0,49%	0,46%
Outras	1,77%	1,91%
Demais	2,11%	2,23%
Cota parte	0,80%	0,77%
Diretamente Arrecadada	0,61%	0,61%
Dividendos da União	0,29%	0,24%
Refis e Paes	0,15%	0,20%
Outras	0,26%	0,41%
Total Bruto	19,06%	20,05%

Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2004 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	SET	OUT
Constitucionais (IR, IPI e outros)	3.887,3	4.156,0
Constitucionais (CIDE-Combustíveis)	3,2	434,5
Desoneração do ICMS	358,3	358,3
Demais	814,7	755,1
Total	5.063,6	5.704,0

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-OUT (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Constitucionais (IR, IPI e outros)	3,07%	3,01%
Constitucionais (CIDE - Combustíveis)	0,00%	0,08%
Desoneração do ICMS	0,27%	0,26%
Demais	0,67%	0,60%
Total	4,01%	3,94%

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

despesas de custeio e capital (R\$ 518,6 milhões), de caráter eminentemente discricionário.

A variação nos dispêndios do Tesouro Nacional em outubro deveu-se, principalmente, ao aumento das despesas discricionárias.

Os dispêndios com subsídios e subvenções econômicas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 405,2 milhões, apresentando pequeno acréscimo em relação ao mês anterior. Entre estas despesas, as rubricas que apresentaram maiores variações foram Securitização Agrícola (R\$ 129,2 milhões, sem correspondente no mês anterior), em função da apropriação do subsídio com base nas Leis nº 9.138/1995, 9.866/1999 e 10.437/2002; Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra (aumento de R\$ 56,1 milhões); e Programa de Financiamento às Exportações – Proex (queda de R\$ 96,6 milhões).

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

No período de janeiro a outubro de 2004, as despesas do Tesouro alcançaram 9,99% do PIB, 0,57 ponto percentual do PIB acima do valor observado em idêntico período do ano anterior. Esse aumento decorreu, principalmente, do incremento de 0,51 ponto percentual do PIB nos demais dispêndios com custeio e capital, e da inclusão, a partir de 2004, da despesa com a Renda Mensal Vitalícia (RMV).

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-OUT (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Pessoal e Encargos	5,02%	4,92%
Custeio e Capital	4,37%	5,03%
Despesas do FAT	0,59%	0,59%
Subsídios e Subvenções	0,26%	0,23%
LOAS/RMV (1)	0,29%	0,48%
Outras	3,22%	3,73%
Transferência ao Bacen	0,03%	0,04%

(1) RMV apenas em 2004

No acumulado do ano, as despesas de pessoal e encargos sociais elevaram-se, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, em R\$ 6,1 bilhões (9,8%), em função do crescimento vegetativo da folha salarial, da reestruturação de algumas carreiras estratégicas, do reajuste dos servidores públicos federais e pelo efeito, a partir de setembro, da Lei nº 10.887, de 18/06/04, que trata da disciplina da alíquota de contribuição patronal para o custeio do regime de previdência do servidor ativo da União, de suas autarquias e fundações.

No ano, o percentual de execução do limite de pagamento dos ministérios ligados a áreas sociais atingiu 95,6%.

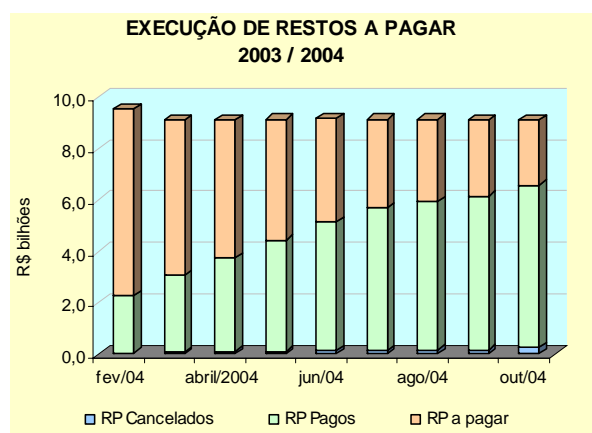
Os dispêndios com custeio e capital apresentaram crescimento nominal de R\$ 15,9 bilhões (29,2%), explicado, principalmente, pelo aumento das despesas discricionárias (R\$ 12,0 bilhões), assim como das despesas com LOAS (R\$ 1,6 bilhão) e pelo efeito da inclusão, em 2004, da despesa com a RMV (R\$ 1,5 bilhão).

Os percentuais de execução, até outubro, dos limites de pagamento, constantes dos decretos de programação orçamentária e financeira realizados pelos ministérios das áreas sociais (Saúde, Educação, Previdência e Assistência Social e Desenvolvimento Social) e demais ministérios alcançaram, respectivamente, 95,5% e 84,0%. Apesar de os percentuais serem inferiores aos

observados em setembro (96,4% e 86,1%, respectivamente), houve incremento nominal de 13,0% nas despesas dos referidos órgãos (11,3% dos ministérios das áreas sociais e 17,0% dos demais ministérios).

Com relação à execução de restos a pagar (RP) no acumulado do ano, o montante pago correspondeu a R\$ 6,3 bilhões, aproximadamente R\$ 2,2 bilhões a mais que no mesmo período do ano anterior (R\$ 4,1 bilhões). Foram pagos, até outubro de 2004, 71,3% do total de RP inscritos (menos cancelamentos) – respeitados os fluxos previstos no Decreto nº 4.992, de 18/02/2004 – contra 54,4% no mesmo período do ano anterior.

Foram pagos, até outubro, 71,3% do total de restos a pagar (RP) inscritos.



Do total de restos a pagar (RP) pagos em 2004, R\$ 2,9 bilhões (46,0% do total) corresponderam a gastos com investimentos.

Do montante de restos a pagar pagos até outubro, R\$ 2,9 bilhões (46,0%) correspondem a investimentos, sendo mais de um terço deste valor (35%) para o Ministério dos Transportes, seguidos de 19,6% para o Ministério da Saúde. Até outubro de 2004, foram pagos 57,3% do total de RP inscritos (menos cancelamentos) relativos a despesas com investimentos. Destaca-se o Ministério dos Transportes que apresentou aumento significativo no percentual de execução, de 66,0%, em setembro, para 71,2%, em outubro.

As despesas do FAT atingiram R\$ 8,2 bilhões no acumulado de 2004, superior em R\$ 840,2 milhões a valor em período equivalente do ano anterior, refletindo *inter alia* o aumento do salário-mínimo ocorrido em abril deste ano.

Os gastos acumulados no período janeiro-outubro com subsídios e subvenções econômicas perfizeram R\$ 3,2 bilhões, montante pouco inferior (1%) ao observado no ano de 2003. Os programas que apresentaram quedas mais significativas foram o de Custeio Agropecuário, Aquisições do Governo Federal (AGF) e Securitização Agrícola. Por outro lado, houve incremento nos montantes aplicados no Programa de Investimento Rural e Agroindustrial (R\$ 79

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO BRASIL, JAN-OUT (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Agricultura	1.602,4	1.172,1
Custeio Agropecuário	254,8	92,9
Investimento Rural	245,7	324,7
Preços Agrícolas	238,3	-35,0
- EGF	5,3	4,1
- AGF	206,7	-42,4
- Sustentação de preços	26,3	3,3
Pronaf	769,6	752,1
Pesa	93,4	36,2
Cacau	0,6	1,1
Outros	932,3	1.009,3
Securitização	421,9	129,2
Habitação (PSH)	154,2	360,3
Exportação (Proex)	356,3	370,1
Fundo da Terra	0,0	149,7
Total	2.534,7	2.181,4

milhões, incremento de 32,2%) e no Programa de Subsídio à Habitação - PSH (R\$ 206,1 milhões, acréscimo de 134%).

Previdência Social

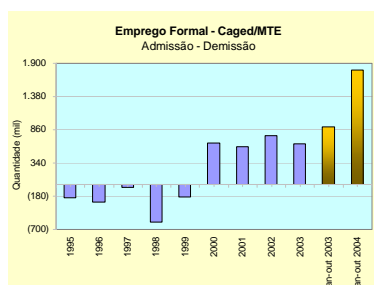
A Previdência Social registrou déficit de R\$ 2,6 bilhões em outubro, mesmo montante apurado no mês anterior (Tabela 2). A arrecadação líquida atingiu R\$ 7,8 bilhões, R\$ 231,5 milhões acima da registrada no mês anterior. Por sua vez, a despesa com benefícios previdenciários totalizou R\$ 10,3 bilhões em outubro, superior em R\$ 236,4 milhões à verificada em setembro.

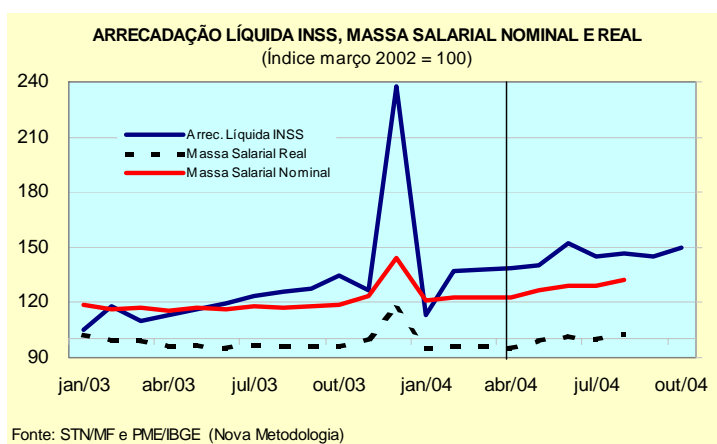
Em outubro, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 2,6 bilhões.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-OUT (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Contribuição	4,97%	5,22%
Benefícios	6,49%	6,82%
Resultado Primário	-1,52%	-1,60%

TABELA 2 RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASIL, 2003-2004				
DISCRIMINAÇÃO	SET	OUT	JAN-OUT	
	2004	2004	2003	2004
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	7.527,2	7.758,7	61.864,0	72.853,5
Arrecadação Bruta	8.185,1	8.380,4	67.082,3	79.123,0
- Contribuição Previdenciária	7.609,8	7.710,8	62.818,6	73.286,0
- Simples	397,5	408,0	2.699,2	3.472,8
- CDP	0,0	0,0	0,0	0,2
- CFT	51,4	64,4	357,6	624,0
- Depósitos Judiciais	74,3	147,5	834,5	1.270,1
- Refis	33,3	34,1	265,6	308,3
- Outras Receitas	18,8	15,6	106,9	161,6
(-) Restituição/Devolução	-28,7	-40,7	-312,8	-253,5
(-) Transferências a Terceiros	-629,2	-581,0	-4.905,5	-6.016,0
II. BENEFÍCIOS TOTAIS	10.077,7	10.314,1	80.791,9	95.107,3
Benefícios Previdenciários	10.077,7	10.314,1	79.346,0	95.107,3
Renda Mensal Vitalícia (RMV)	0,0	0,0	1.445,9	0,0
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-2.550,5	-2.555,3	-18.927,8	-22.253,7
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,52%	-1,60%

Até o mês de outubro, a arrecadação líquida atingiu R\$ 72,8 bilhões, representando acréscimo nominal de 17,8% em relação à verificada em 2003. A arrecadação correspondeu a 5,22% do PIB no acumulado de 2004, apresentando aumento de 0,25 ponto percentual quando comparada a igual período de 2003. O comportamento da receita de modo geral tem acompanhado o desempenho do mercado de trabalho, onde se verifica um aumento da massa salarial, mesmo nos grandes centros urbanos. De modo mais geral, um aumento da arrecadação é coerente com a criação líquida de 1,8 milhão de postos de trabalho em 2004 registrados no Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (Caged). Além disso, o aumento do teto das contribuições tem tido efeito em 2004.





O comportamento da receita previdenciária de modo geral tem acompanhado o desempenho do mercado de trabalho, onde se verifica um aumento da massa salarial, mesmo nos grandes centros urbanos.

As despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 95,1 bilhões no acumulado do ano, superando em R\$ 14,3 bilhões o montante observado no mesmo período de 2003, o que se traduz por um aumento equivalente a 0,33 ponto percentual do PIB dos respectivos períodos.

Tal comportamento decorre do incremento de: i) 12,3% no valor médio dos benefícios pagos, com reflexo do reajuste do salário mínimo e do aumento daqueles benefícios com valores acima do piso; ii) 989,7 mil na quantidade média mensal de benefícios pagos no ano de 2004, equivalente a cerca de 4,6% no estoque; e iii) R\$ 2,0 bilhões na rubrica “Precatórios”, em grande parte em função do pagamento de decisões dos tribunais de pequenas causas referentes a reajustes das aposentadorias.

No mês de outubro foram emitidos 22,9 milhões de benefícios, representando um crescimento de 0,61% em relação ao mês anterior. Os benefícios que apresentaram maior variação em relação a setembro foram o amparo assistencial (LOAS) e auxílio doenças, com crescimento respectivamente de 1,51% e 1,47%, respectivamente.

Na comparação da média de janeiro a outubro de 2004 em relação ao ano anterior, destacam-se os aumentos de 416,3 mil aposentadorias (3,5%), 298,8 mil benefícios de auxílio-doença (32,9%) e 179,4 mil de LOAS emitidos para idosos (28,8%), conforme Tabela 3. O aumento do benefício assistencial para o caso específico do idoso é explicado pela vigência do Estatuto do Idoso, que alterou as regras para a concessão do benefício, reduzindo a idade mínima de 67 anos para 65 anos, e flexibilizando a composição da renda para o cálculo do limite máximo necessário para a concessão.

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-OUT			
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004	%
Quantidade*	21,4	22,4	4,6%
Valor médio**	385,8	433,3	12,3%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

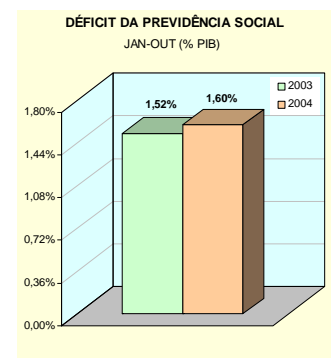


TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2003-2004

	Em mil benefícios			
	SET	OUT	MÉDIA JAN-OUT	
	2004	2004	2003	2004
TOTAL	22.768	22.907	21.374	22.364
PREVIDENCIÁRIOS	19.440	19.553	18.370	19.146
Aposentadorias	12.471	12.547	11.917	12.333
Idade	6.369	6.400	6.022	6.284
Invalidez	2.487	2.499	2.378	2.451
Tempo de contribuição	3.615	3.648	3.516	3.598
Pensão por morte	5.583	5.600	5.389	5.541
Auxílio - doença	1.314	1.333	906	1.205
Salário - maternidade	47	47	137	43
Outros	26	26	21	24
ACIDENTÁRIOS	752	753	722	744
Aposentadorias	134	135	126	132
Pensão por morte	130	130	130	130
Auxílio - doença	130	130	106	123
Auxílio - acidente	266	266	264	266
Auxílio - suplementar	92	92	95	93
ASSISTENCIAIS	2.566	2.591	2.283	2.470
Amparos Assistenciais - LOAS	1.984	2.014	1.619	1.869
Idoso	885	905	621	800
Portador de deficiência	1.099	1.109	998	1.069
Pensões mensais vitalícias	17	17	18	17
Rendas mensais vitalícias	565	560	645	583

Considerando o acumulado entre janeiro e outubro de 2004, o RGPS registrou déficit primário de cerca de R\$ 22,2 bilhões, apresentando elevação nominal de 17,6% em relação a idêntico período de 2003. Como proporção do PIB estimado, o déficit situou-se 0,07 ponto percentual acima daquele observado no período de 2003 (1,52% do PIB e 1,60% do PIB, respectivamente).

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em outubro, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 387,5 bilhões, perfazendo 23,3% do PIB dos últimos doze meses. Em relação ao mês anterior, o saldo da dívida aumentou R\$ 3,8 bilhões, explicado, principalmente, pela apropriação dos juros nominais sobre a dívida mobiliária interna e pela emissão do *Global 2019*, no âmbito da dívida mobiliária externa.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2003/2004

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2003	2004	
	OUT	SET	OUT
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	160.170	171.831	174.647
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	689.125	757.366	764.214
Dívida Contratual da STN	-402.008	-439.213	-441.891
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-126.947	-146.323	-147.676
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	218.487	211.810	212.831
Dívida Mobiliária em Poder do Público	167.761	168.306	169.098
Títulos Depositados em Garantia	-3.522	-3.856	-3.934
Dívida Contratual	55.166	47.822	48.126
Disponibilidades	-917	-462	-459
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	378.658	383.641	387.479
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	25,3%	23,2%	23,3%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

Em outubro, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 387,5 bilhões, equivalentes a 23,3% do PIB acumulado em doze meses, 2,07 pontos percentuais inferior ao registrado no mesmo mês de 2003.

Comparado a outubro de 2003, a dívida líquida em proporção do PIB está 2,07 pontos percentuais inferior ao saldo daquele período, com destaque para a redução em 1,84 ponto percentual da dívida externa líquida, em virtude dos resgates no período dos bônus de renegociação em outubro de 2004 e da amortização de obrigações junto a organismos multilaterais e ao Clube de Paris.

Em relação a setembro, a dívida interna líquida apresentou aumento de R\$ 2,8 bilhões, devido, em grande medida, à apropriação dos juros nominais sobre a dívida mobiliária interna, parcialmente compensada pelo resgate líquido ocorrido no mês. Os haveres contratuais do Tesouro Nacional (e.g., créditos junto a Estados e Municípios) e de Fundos, Autarquias e Fundações cresceram

Dívida Interna Líquida

R\$ 4,0 bilhões, explicado, principalmente, pela variação positiva dos principais indexadores, IGP-DI (0,53%), IGP-M (0,39%) e TR (0,11%).

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2003/2004

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2003 OUT	2004 SET	2004 OUT
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	160.170	171.831	174.647
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	689.125	757.366	764.214
LFT	443.404	434.074	443.119
LTN	70.985	133.273	133.508
NTN-C	57.838	75.845	76.423
NTN-D	29.652	20.309	17.128
Demais	63.000	72.181	72.421
Dívida Securitizada	22.188	19.294	19.096
TDA	2.059	2.390	2.520
DÍVIDA CONTRATUAL	-528.955	-585.536	-589.567
<i>Tesouro Nacional</i>	-402.008	-439.213	-441.891
Dívida Bancária	25.683	25.416	25.403
Lei nº 7.976/89	-10.093	-8.571	-8.565
Lei nº 8.727/93	-47.749	-48.014	-48.040
Lei nº 9.496/97	-208.973	-237.054	-237.968
Renegociação Dívida Municipais	-30.309	-34.894	-35.245
Demais Haveres da STN	-130.567	-136.095	-137.475
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-126.947	-146.323	-147.676
FAT	-87.455	-101.214	-101.964
Demais Entidades	-39.492	-45.108	-45.712
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	46,1%	45,9%	45,9%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-35,4%	-35,5%	-35,4%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-26,9%	-26,6%	-26,5%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	10,7%	10,4%	10,5%

Em relação a outubro de 2003, a dívida mobiliária do Tesouro tomada em percentual do PIB caiu 0,2 ponto percentual, e apresentou importante aumento dos títulos prefixados na sua composição.

Emissões e Resgates

No mês de outubro, o Tesouro Nacional realizou emissões de títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi), no montante de R\$ 35,9 bilhões, incluindo ofertas públicas, emissões diretas e o Programa Tesouro Direto. Os resgates efetuados alcançaram o valor de R\$ 38,7 bilhões, resultando, assim, em resgate líquido de R\$ 2,8 bilhões.

Em outubro, foram resgatadas NTN-D no valor de R\$ 3,3 bilhões, dentro da estratégia de diminuir a proporção da dívida indexada ao dólar.

As emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 35,7 bilhões, sendo: i) R\$ 21,6 bilhões em LTN, com vencimentos em julho e outubro de 2005 e janeiro e julho de 2006; ii) R\$ 12,7 bilhões em LFT, com vencimentos em novembro de 2005, junho de 2006 e março de 2007; iii) R\$ 612,7 milhões em NTN-C, com vencimentos em julho de 2017, abril de 2021 e janeiro de 2031; iv) R\$ 507,9 milhões em NTN-B, com vencimentos em agosto de 2006 e 2024 e maio de 2009, 2015 e 2045; e v) R\$ 275,0 milhões em NTN-F, com vencimento em janeiro de 2008.

Em relação às emissões diretas da DPMFi, estas totalizaram R\$ 240,5 milhões. Deste montante destacam-se as emissões de: i) R\$ 157,5 milhões em TDA por solicitação do INCRA, para indenização de desapropriações para fins de reforma agrária; ii) R\$ 67,6 milhões em CFT-E1 para o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies); iii) R\$ 12,1 milhões em NTN-I para o Programa de Financiamento às Exportações (Proex); e iv) R\$ 2,7 milhões em CFT-B para o Fundo Nacional Antidrogas (Funad).

TABELA 6
EMISSÕES E RESGATES DA DPMFi DO TESOURO
NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, OUT/2004

R\$ milhões				
FATOS	OFERTAS PÚBLICAS	EMISSÕES DIRETAS	TESOURO DIRETO	TOTAL
I. EMISSÕES	35.659,7	240,5	35,9	35.936,1
LFT	12.682,1	0,0	7,1	12.689,2
LTN	21.582,1	0,0	15,7	21.597,8
NTN-B	507,9	0,0	2,0	509,9
NTN-C	612,7	0,0	7,9	620,6
NTN-F	275,0	0,0	3,1	278,1
TDA	0,0	157,5	0,0	157,5
Securitizada*	0,0	0,6	0,0	0,6
Demais	0,0	82,4	0,0	82,4
II. RESGATES**	35.899,0	2.771,9	34,9	38.705,8
LFT	8.292,4	776,1	1,2	9.069,7
LTN	22.968,7	0,0	26,3	22.995,0
NTN-B	343,8	0,0	0,7	344,5
NTN-C	994,1	92,4	6,0	1.092,5
NTN-D	3.300,0	0,0	0,0	3.300,0
NTN-F	0,0	0,0	0,7	0,7
TDA	0,0	55,3	0,0	55,3
Securitizada*	0,0	696,6	0,0	696,6
Demais	0,0	1.151,5	0,0	1.151,5
III. VALOR LÍQUIDO (I-II)	-239,3	-2.531,4	1,0	-2.769,8

* Inclui dívida agrícola.

** Correspondem aos pagamentos e cancelamentos. O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates de títulos emitidos por meio de colocação direta.

No mês de outubro, o Tesouro emitiu R\$ 35,9 bilhões em títulos, sendo que 99,2% desse montante correspondeu a emissões por meio de oferta pública.

Boxe 1 – Tesouro Direto

Em outubro, a venda de títulos por meio do programa Tesouro Direto, atingiu o montante de R\$ 35,9 milhões. Cabe destacar o aumento expressivo nas compras, de aproximadamente 88,0%, em relação ao mês anterior. O número de investidores cadastrados alcançou 30.420 pessoas em outubro.

Quanto à composição das vendas, as LTN apresentaram a maior participação no volume vendido, atingindo 43,7% do total, enquanto que as NTN-C representaram 22,2% do total vendido. Esse resultado modifica o quadro observado desde maio, quando as NTN-C, que são remuneradas pelo IGP-M, apresentavam maior participação.

As emissões realizadas através do Programa Tesouro Direto totalizaram R\$ 35,9 milhões, distribuídas da seguinte forma: i) R\$ 15,7 milhões em LTN, com vencimentos em abril e julho de 2005 e janeiro de 2006; ii) R\$ 7,9 milhões em NTN-C, com vencimentos em março de 2011, julho de 2017, abril de 2021 e janeiro 2031; iii) R\$ 7,1 milhões em LFT, com vencimentos em janeiro de 2006 e 2007; iv) R\$ 3,1 milhões em NTN-F, com vencimento em janeiro de 2008; e v) R\$ 2,0 milhões em NTN-B, com vencimentos em agosto de 2006 e 2024 e maio de 2009, 2015 e 2045.

Em outubro, foram resgatados R\$ 38,7 bilhões em títulos, sendo que R\$ 37,9 bilhões corresponderam ao pagamento de principal e juros, dos quais destacam-se: i) R\$ 23,0 bilhões em LTN; ii) R\$ 8,7 bilhões em LFT; e iii) R\$ 3,3 bilhões em NTN-D. Os cancelamentos totalizaram R\$ 747,9 milhões, sendo mais

relevantes: i) R\$ 390,9 milhões em LFT e R\$ 101,3 milhões em NTN-C, aceitos no leilão de NTN-C; e ii) R\$ 250,5 milhões em NTN-B e R\$ 5,0 milhões em LFT, aceitos no leilão de NTN-B.

Composição

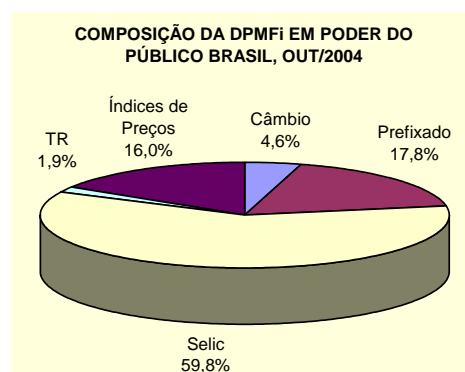
Relativamente à composição da DPMFi, cabe destacar a redução na participação dos títulos indexados ao câmbio em 0,50 ponto percentual, em virtude do mencionado resgate líquido de NTN-D, e o aumento observado na participação de títulos remunerados pela taxa selic em 0,61 ponto percentual, devido à emissão líquida de LFT no valor de R\$ 3,6 bilhões.

Os títulos indexados à taxa de câmbio, em outubro, tiveram sua participação reduzida no conjunto da DPMFi em 0,50 ponto percentual. Por sua vez, a principal elevação foi daqueles remunerados pela taxa selic, em 0,61 ponto percentual.

TABELA 7
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE*
BRASIL, 2003/2004 (%)

INDEXADOR	2003		2004	
	OUT	SET	OUT	
Selic	66,94	59,18	59,79	
Câmbio	6,92	5,05	4,55	
Prefixados	10,42	17,90	17,80	
Índices de Preços	13,95	16,02	15,98	
TR	1,77	1,86	1,87	
Outros	0,00	0,00	0,00	

* Não inclui dívida agrícola.



Boxe 2 – Títulos Indexados a Índices de Preços

Em linha com as diretrizes de administração da dívida pública, o Tesouro Nacional realizou, no mês de outubro, leilões de NTN-B e NTN-C, remuneradas pelo IPCA e IGP-M, respectivamente, visando fortalecer o mercado dos títulos a índices de preços.

O leilão de NTN-B ocorreu nos dias 13 e 14 de outubro, com liquidação financeira no dia 15. O montante vendido foi de R\$ 507,9 milhões, tendo sido recebidos R\$ 262,8 milhões (51,8%) em dinheiro e R\$ 245,0 milhões (48,2%) em troca por outros títulos. Foram ofertados títulos com vencimentos em 2006, 2009, 2015, 2024 e 2045, sendo que este representou 54,1% do total vendido. As taxas de venda destes títulos foram de 8,80% a.a para os vencimentos em 2009, 2015 e 2024 e 8,65% a.a. e 9,10% a.a. para 2006 e 2045, respectivamente.

Quanto às NTN-C, o montante emitido foi de R\$ 612,7 milhões nos leilões realizados nos dias 29 e 30 de setembro, com liquidação financeira no dia 1º de outubro, sendo que R\$ 490,7 milhões (80,1%) corresponderam à parcela recebida em títulos, e os R\$ 121,9 milhões (19,9%) restantes, à venda em dinheiro. Neste leilão, os títulos ofertados tinham vencimentos em 2017, 2021 e 2031, cuja participação no total das vendas corresponderam a 73,1%, 0,3% e 26,5%, e as taxas de venda foram de 8,20% a.a., 8,19% a.a. e 8,20% a.a., respectivamente.

O custo médio da DPMFi em poder do público passou de 13,96% a.a., em setembro, para os atuais 14,92% a.a.. Este resultado decorreu da menor apreciação cambial (variação de -0,07% em outubro contra variação de -2,56% em setembro), que elevou o custo da NTN-D de -17,99% a.a. para 10,42% a.a..

Custo Médio

TABELA 8
CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO
TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2000/2004

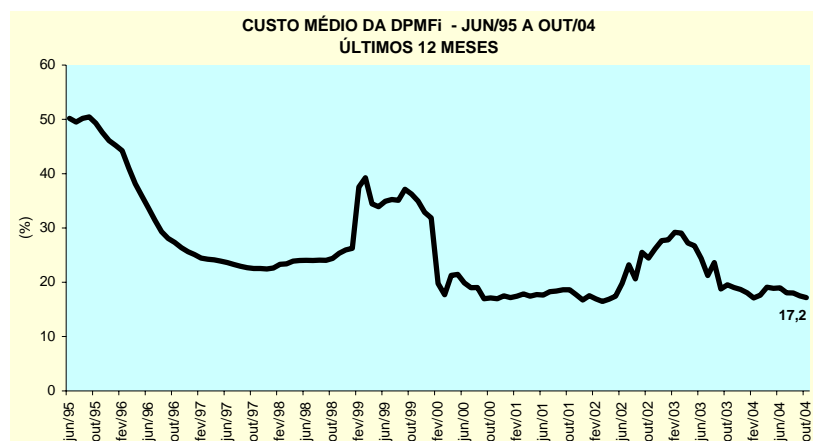
		(% anual)	
PERÍODO	TOTAL (1)	TOTAL (2)	
2000	2000	17,45	17,64
	2001	17,00	16,79
	2002	21,00	27,62
2003	Out	18,69	15,74
	Nov	18,57	21,32
	Dez	17,33	14,80
2004	2003	22,91	18,41
	Jan	17,67	18,78
	Fev	17,66	16,20
	Mar	17,36	16,64
	Abr	17,61	18,61
	Mai	17,13	21,97
	Jun	17,43	16,60
	Jul	17,57	15,04
	Ago	17,24	14,55
	Set	16,22	13,96
	Out	15,32	14,92

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

Em outubro, o custo médio anualizado da DPMFi sem os títulos cambiais atingiu 15,32%, inferior em 0,90 ponto percentual ao valor do mês anterior.

Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi decresceu, passando de 16,22% a.a., em setembro, para 15,32% a.a., em outubro, devido principalmente, à menor variação do IGP-M (0,39%) em relação ao mês anterior (0,69%), reduzindo assim o custo da NTN-C em 4,75 ponto percentual.

O custo médio da DPMFi acumulado nos últimos 12 meses apresentou redução, passando de 17,50% a.a. em setembro, para 17,20% a.a. em outubro. Este decréscimo decorreu, principalmente, da taxa selic em outubro de 2004 ter sido inferior à de outubro de 2003 (16,41% a.a., contra 19,54% a.a.).



O custo médio da DPMFi acumulado em 12 meses atingiu 17,20% em outubro, inferior em 0,30 ponto percentual ao valor apurado em setembro.

Prazo Médio

Em outubro, os prazos médios de emissão das LTN e das NTN-C foram superiores aos prazos médios dos respectivos estoques em setembro.

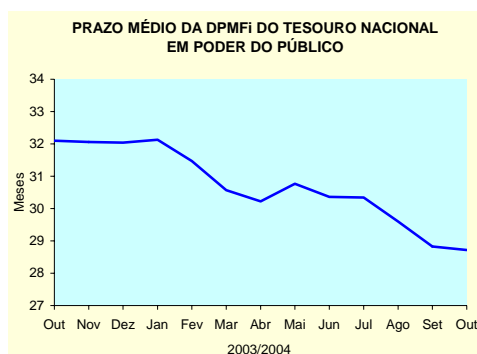
O prazo médio da DPMFi em poder do público permaneceu estável, ao passar de 28,83 meses, em setembro, para 28,72 meses, em outubro. Ressalta-se que a pressão natural de redução do prazo da dívida, devido à aproximação das datas de vencimentos dos títulos em circulação, foi parcialmente contraposta por um aumento no prazo médio das novas emissões. Dentre elas, merece destaque a emissão das LTN com prazo de 9,85 meses e das NTN-C de 198,69 meses, superiores ao prazo médio de estoque desses títulos em setembro (5,11 e 69,27 meses, respectivamente). Além disso, verificou-se aumento no prazo médio das NTN-D em 0,81 meses em função do resgate de parcela significativa deste título no mês de outubro.

TÍTULOS	Meses		
	2003		2004
	OUT	SET	OUT
LTN	7,11	5,11	5,86
LFT	22,41	18,40	17,87
NTN-B	126,83	103,23	103,26
NTN-C	67,89	69,27	69,65
NTN-D	14,56	9,47	10,28
TDA	55,50	62,06	62,43
Dívida Securitizada*	58,48	60,16	60,14
Demais	104,93	98,89	99,53
TOTAL	32,10	28,83	28,72

(*) Inclui dívida agrícola.

PERÍODO	Meses		
	TOTAL	OF. PUB. (1)	
2003	Out	32,10	24,14
	Nov	32,06	24,15
	Dez	32,04	24,50
2004	Jan	32,13	24,79
	Fev	31,47	24,17
	Mar	30,57	23,37
	Abr	30,22	22,69
	Mai	30,77	23,57
	Jun	30,36	23,24
	Jul	30,34	23,23
	Ago	29,60	22,42
	Set	28,83	21,60
	Out	28,72	21,65

(1) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública



Dívida Externa Líquida

Não obstante a apreciação cambial ocorrida no mês e os resgates de títulos da dívida reestruturada, o saldo da Dívida Líquida Externa do Tesouro Nacional em outubro superou o do mês anterior em R\$ 1,0 bilhão, explicado, principalmente, pela emissão do Global 2019.

O estoque da Dívida Pública Federal externa (DPFe), em moeda nacional, no mês de outubro de 2004 teve um acréscimo de 0,51%, decorrente, principalmente, da emissão do *Global 2019*, tendo mais que compensado a variação cambial citada anteriormente. Tal emissão também se refletiu no aumento de 0,58% no estoque denominado na moeda norte-americana.

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2003		2004
	OUT	SET	OUT
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	167.760,7	168.306,0	169.098,2
Bônus de Renegociação	46.778,4	43.972,3	41.278,6
Bônus de Captação	120.982,3	124.333,7	127.819,6
II. DÍVIDA CONTRATUAL	55.165,6	47.822,4	48.125,6
Organismos Multilaterais	30.703,2	26.851,9	26.930,6
Bancos Privados/Ag. Governamentais	9.201,5	9.067,9	9.059,0
Clube de Paris	15.261,0	11.902,6	12.136,0
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)	222.926,4	216.128,4	217.223,8
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.522,2	-3.856,1	-3.933,9
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-916,7	-462,2	-458,5
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)	218.487,5	211.810,1	212.831,4
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB	14,6%	12,8%	12,8%

O serviço da DPFe, em outubro, totalizou R\$ 6,0 bilhões, dos quais R\$ 3,0 bilhões referem-se ao pagamento de principal e R\$ 3,0 bilhões ao pagamento de juros e encargos. Vale destacar as operações com títulos da dívida renegociada (*bradies*), cujos gastos com amortização perfizeram R\$ 2,6 bilhões e R\$ 1,1 bilhão referem-se ao pagamento de juros e encargos.

TABELA 11
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, OUT/2004

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
I. ENCARGOS TOTAIS¹	2.968,4	3.019,0	5.987,4
I.1. Organismos Multilaterais	241,5	75,7	317,2
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	104,8	200,0	304,8
I.3. Clube de Paris	0,0	0,0	0,0
I.4. Dívida Mobiliária	2.622,1	2.743,4	5.365,4
GLOBAL 2008	0,0	165,8	165,8
EURO 2007	0,0	252,9	252,9
SAMURAI 2007	0,0	48,6	48,6
BRADIES	2.622,1	1.053,4	3.675,5
GLOBAL 2009	0,0	408,9	408,9
GLOBAL 2024	0,0	269,0	269,0
GLOBAL 2010	0,0	169,2	169,2
GLOBAL 2019 ²	0,0	71,1	71,1
GLOBAL 2024B	0,0	103,2	103,2
GLOBAL 2010B	0,0	198,6	198,6
BÔNUS (Novas captações)	0,0	2,7	2,7

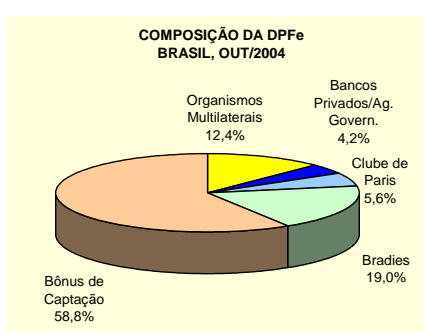
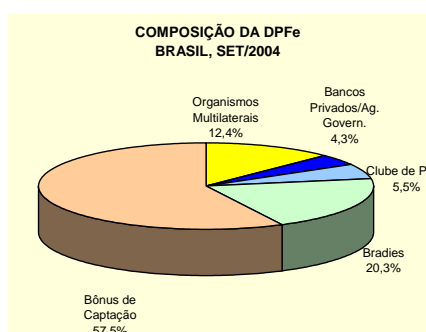
(1) A execução da dívida pode divergir da variação do estoque informado na tabela 10, em virtude da defasagem de tempo entre a movimentação financeira do caixa do Tesouro e a efetiva sensibilização do saldo devedor. Essa defasagem de tempo decorre do prazo entre a compra da moeda estrangeira e o efetivo vencimento da obrigação.

(2) O valor de juros e encargos do Global 2019 refere-se ao deságio pago na operação.

As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 6,0 bilhões, em outubro, dos quais R\$ 3,7 bilhões referem-se aos bradies.

Em relação à composição do estoque da DPFe, destaca-se o aumento 1,31 ponto percentual na participação dos bônus de captação, ao passar de 57,5% em setembro, para 58,8% em outubro, em virtude da já citada emissão do *Global 2019*. Por outro lado, observou-se a queda da participação dos bônus de renegociação em 1,34 ponto percentual, decorrente dos resgates dos *bradies*.

Composição



Os bônus de captação tiveram sua participação no total dos títulos da Dívida Pública Federal Externa aumentado em 1,31 ponto percentual, alcançando no mês de outubro a cifra de 58,8%. No sentido inverso, os bradies tiveram sua participação reduzida em 1,34 ponto percentual.

Prazo e Custo Médios

O prazo médio da dívida mobiliária externa sofreu pequeno acréscimo, passando de 6,07 anos, em setembro, para 6,10 anos, em outubro, basicamente em função do resgate de *bradies* e da emissão do *Global 2019*, mencionada anteriormente.

No que diz respeito ao custo médio, em dólares, verificou-se pequeno aumento em relação a setembro, da ordem de 0,19 ponto percentual, devido ao aumento da taxa de juros dos *bradies* e do *Global 2009 Floater*. Este comportamento ocorreu em função do impacto do aumento das taxas de juros internacionais sobre a parcela da dívida externa a juros flutuantes.

Em outubro, a Dívida Pública Mobiliária Externa do Tesouro Nacional apresentou custo médio de 8,99% a.a. e prazo médio de 6,10 anos.

TABELA 12
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA EXTERNA
BRASIL, 2003/2004

DISCRIMINAÇÃO	2003		2004	
	OUT	SET	SET	OUT
PRAZO MÉDIO (ANOS)	6,12	6,07		6,10
Bônus de Renegociação	5,90	5,35		5,72
Bônus de Captação	6,21	6,33		6,21
Globais	7,00	7,34		7,23
Euros	3,54	3,37		3,23
Demais	3,06	2,37		2,22
CUSTO MÉDIO (% a.a.) *	8,97	8,80		8,99
Bônus de Renegociação	4,93	4,95		5,47
Bônus de Captação	10,53	10,16		10,12
Globais	10,91	10,51		10,46
Euros	10,28	9,95		9,95
Demais	6,01	6,07		6,06

* Custo Médio em dólares.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Operações Oficiais de Crédito

c) Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

Tabela A6 – Dívida Externa do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

d) Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

AGF – Aquisições do Governo Federal
Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida Líquida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TR – Taxa Referencial

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Out/2003	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2004
I. RECEITA TOTAL	31.846,2	29.959,5	37.143,2	34.881,5	31.615,1	33.132,1	35.054,9	33.119,6	33.621,2	35.129,3	33.812,2	34.894,9	36.281,3
I.1. Receitas do Tesouro	24.795,5	23.314,5	24.720,4	28.957,7	24.412,7	25.889,4	27.765,5	25.756,8	25.622,5	27.526,4	26.134,9	27.246,0	28.410,3
I.1.1 Receita Bruta	26.563,0	25.576,5	27.015,0	29.527,2	24.742,2	26.641,8	28.448,5	26.627,1	28.026,4	29.432,7	27.675,9	28.225,9	30.355,5
- Impostos	11.405,0	11.405,0	12.055,1	12.694,1	10.236,2	11.218,7	12.531,7	10.111,3	11.093,0	12.011,4	10.938,8	11.598,9	11.927,0
- Contribuições	12.166,1	12.346,2	13.098,5	13.803,8	11.626,2	12.212,3	12.528,1	13.375,8	14.278,5	13.740,2	13.821,2	14.259,1	14.555,6
- Demais	2.991,9	1.825,3	1.861,4	3.029,4	2.879,9	3.210,8	3.388,8	3.140,0	2.654,8	3.681,1	2.915,9	2.367,9	3.872,9
I.1.2. (-) Restituições	-1.767,5	-2.262,1	-2.104,6	-569,6	-329,5	-752,4	-683,1	-870,3	-2.403,9	-1.906,4	-1.541,0	-979,9	-1.945,2
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-190,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	6.965,5	6.568,5	12.297,6	5.850,0	7.112,8	7.138,2	7.198,2	7.275,8	7.899,9	7.509,3	7.583,4	7.527,2	7.758,7
I.3. Receitas do Banco Central	85,2	76,6	125,3	73,9	89,6	104,5	91,2	87,0	98,7	93,7	94,0	121,7	112,2
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	4.429,0	5.391,2	4.933,4	5.482,3	6.220,1	4.930,8	5.430,1	6.602,3	4.210,9	5.316,6	6.033,5	5.063,6	5.704,0
II.1. Transferências Constitucionais (PI, IR e outras)	3.522,1	3.909,3	4.081,3	4.433,7	4.843,3	3.938,9	4.357,9	5.041,6	3.331,5	3.470,2	4.467,5	3.887,3	4.156,0
II.2. Lei Complementar 87/ Fundo de Compensação de Exportações (1)	265,9	265,9	265,9	283,3	283,3	283,3	283,3	283,3	283,3	808,3	358,3	358,3	358,3
II.3. Transferências da Cide	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	404,2	1,1	8,7	254,8	2,6	3,2	434,5
II.4. Demais	641,0	1.215,9	586,2	765,2	1.093,5	708,6	384,8	1.276,2	587,3	783,2	1.205,1	814,7	755,1
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	27.417,3	24.568,4	32.209,8	29.399,3	25.395,0	28.201,4	29.624,8	26.517,3	29.410,3	29.812,7	27.778,7	29.831,3	30.577,3
IV. DESPESA TOTAL	23.089,8	22.206,3	38.167,9	22.199,7	21.154,4	22.055,5	22.252,5	22.794,9	23.771,8	26.222,3	24.220,5	25.041,3	25.821,6
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	5.928,4	6.503,5	9.098,0	7.606,1	6.417,0	6.625,1	6.076,9	6.322,1	6.888,8	7.913,6	6.576,0	7.067,8	7.119,6
IV.2. Benefícios Previdenciários	8.966,1	9.790,2	16.552,8	8.856,8	9.090,1	8.628,4	9.144,6	9.278,7	9.789,1	9.773,9	10.154,0	10.077,7	10.314,1
IV.3. Custeio e Capital	8.050,4	5.773,0	12.359,3	5.622,1	5.474,2	6.651,8	6.886,5	7.035,3	6.917,3	8.375,7	7.321,7	7.705,3	8.191,9
IV.3.1. Despesa do FAT	1.416,5	486,0	719,0	604,3	616,3	660,0	598,0	809,1	648,3	1.193,6	1.007,4	1.057,3	979,7
- Abono e Seguro Desemprego	1.371,6	426,6	649,5	601,3	593,1	620,3	569,6	780,6	621,4	1.159,3	962,0	1.015,5	946,1
- Demais Despesas do FAT	44,9	59,4	69,4	3,0	23,2	39,6	28,4	28,5	26,9	34,3	45,3	41,8	33,5
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	1.329,6	206,7	2.598,2	239,0	338,1	436,5	204,6	313,6	21,7	378,9	518,3	352,4	391,6
- Operações Oficiais de Crédito	1.246,7	86,7	2.485,1	145,7	237,5	317,3	95,0	78,4	75,1	303,4	405,0	246,1	277,9
- Subvenções aos Fundos Regionais	82,9	120,0	113,1	93,4	100,6	119,2	109,6	235,2	-53,5	75,5	113,4	106,3	113,8
IV.3.3. LOAS/RMV (2)	408,5	409,2	389,6	493,5	601,1	531,0	734,5	742,1	803,9	806,1	667,8	673,4	679,8
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	4.895,7	4.671,0	8.652,5	4.285,3	3.918,7	5.024,3	5.349,4	5.170,6	5.443,5	5.997,0	5.128,2	5.622,2	6.140,8
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	46,2	36,4	56,9	37,1	48,0	49,6	48,1	45,8	50,9	47,3	45,4	58,9	63,7
IV.5. Despesas do Banco Central	98,6	103,3	100,9	77,7	125,2	100,6	96,4	113,1	125,7	111,8	123,5	131,7	132,3
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV+V)	4.327,5	2.362,1	-5.958,1	7.199,5	4.240,6	6.145,8	7.372,3	3.722,4	5.638,5	3.590,4	3.558,2	4.790,0	4.755,7
V.1. Tesouro Nacional	6.341,5	5.610,5	-1.727,3	10.210,1	6.253,5	7.632,2	9.323,8	5.751,3	7.554,6	5.873,2	6.158,3	7.350,4	7.331,1
V.2. Previdência Social (RGPS) (3)	-2.000,6	-3.221,7	-4.255,2	-3.006,8	-1.977,3	-1.490,2	-1.946,3	-2.002,8	-1.889,1	-2.264,7	-2.570,6	-2.550,5	-2.555,3
V.3. Banco Central (4)	-13,4	-26,7	24,4	-3,8	-35,6	3,9	-5,2	-26,1	-27,0	-18,1	-29,5	-10,0	-20,1
VI. AJUSTE METODOLÓGICO (5)	0,0	0,0	0,0	60,2	174,0	354,4	464,0	395,4	307,3	365,5	228,0	285,3	0,0
VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	382,8	-179,3	-1.552,6	-81,2	423,7	-538,3	-275,1	574,3	-591,8	91,3	-20,0	-972,3	nd
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (6)	4.710,3	2.182,8	-7.510,7	7.178,5	4.838,3	5.961,9	7.561,3	4.692,2	5.354,0	4.047,2	3.766,2	4.103,0	nd
IX. JUROS NOMINAIS (6)	-3.553,0	-9.846,0	-4.019,7	-9.089,8	-5.687,3	-5.759,4	-6.874,3	-9.548,8	-5.023,5	-4.775,3	-5.818,6	-4.160,4	nd
X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (6)	1.157,4	-7.663,2	-11.530,4	-1.911,3	-848,9	202,5	687,0	-4.856,6	330,5	-728,1	-2.052,4	-57,4	nd
Memo:													
RMV em R\$ mi	149,8	66,6	146,8	145,5	144,4	142,0	142,0	140,2	151,1	146,1	149,9	148,6	147,3

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) A partir de janeiro de 2004 as transferências a estados e municípios associadas à Lei Complementar 87/1996 passaram a ser denominadas Fundo de Compensação das Exportações.

benefício previdenciário, integrando o resultado da Previdência Social.

(3) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

(4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

(5) Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

(6) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	Out/2003	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2004
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	30.492,9	33.122,3	43.722,8	28.242,9	33.315,9	34.365,2	35.478,1	36.923,5	33.549,2	34.435,2	36.810,4	35.683,2	35.171,8
I.1 - Recolhimento Bruto	21.441,2	24.680,5	29.313,2	20.344,4	24.241,0	24.941,2	25.378,3	27.451,9	23.259,5	24.675,7	27.259,0	26.093,7	24.792,3
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-190,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.222,7	1.032,3	1.230,3	910,0	1.066,6	1.340,3	1.959,6	1.144,7	1.148,5	1.185,9	1.061,6	1.119,4	1.502,6
I.4 - Receita das Operações de Crédito	63,7	80,9	111,6	144,4	193,9	237,5	242,9	264,2	166,6	243,4	90,8	103,5	121,8
I.5 - Receita do Salário Educação	167,8	181,7	162,8	315,5	147,5	184,5	176,7	168,2	179,7	181,8	191,8	172,4	189,0
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	7.586,0	7.121,1	13.054,5	6.515,9	7.664,8	7.659,4	7.717,8	7.891,8	8.792,0	8.137,1	8.197,4	8.192,3	8.558,0
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	11,6	25,9	40,4	12,7	2,2	2,3	2,9	2,6	2,9	11,3	9,8	1,9	8,0
II. DESPESAS	30.658,8	29.289,6	49.745,8	33.021,1	27.274,3	33.865,5	28.642,8	35.236,5	29.861,4	34.146,3	34.971,3	35.658,6	36.986,9
II.1 - Liberações Vinculadas	5.556,6	6.543,4	5.838,4	7.148,1	7.547,0	5.883,3	6.763,1	6.742,2	5.478,7	6.626,9	7.555,8	6.153,1	7.072,5
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	3.751,5	4.118,6	4.256,7	4.862,9	5.162,6	4.197,3	4.642,6	5.373,2	3.546,7	3.694,0	4.758,7	4.139,5	4.425,9
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	403,4	889,0	309,8	316,2	865,8	308,5	695,3	913,7	325,9	627,3	998,2	380,3	932,0
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	265,9	265,9	265,9	283,3	283,3	283,3	283,3	283,3	283,3	808,3	358,3	358,3	358,3
II.1.4 - Outras Vinculações	1.135,7	1.269,9	1.006,0	1.685,7	1.235,3	1.094,1	1.141,9	172,0	1.322,7	1.497,3	1.440,7	1.275,0	1.356,3
II.2 - Liberações Ordinárias	25.102,2	22.746,2	43.907,4	25.873,0	19.727,2	27.982,2	21.879,7	28.494,3	24.382,8	27.519,4	27.415,5	29.505,5	29.914,4
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.047,1	8.648,2	7.504,7	7.562,3	6.519,5	6.330,4	6.208,7	6.662,4	7.952,3	6.482,6	6.938,1	7.124,6	6.924,1
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	2.569,8	186,4	5.199,6	2.133,4	212,3	269,1	146,3	381,1	409,7	2.279,0	1.168,4	1.018,5	3.498,5
i) Dívida Contratual Interna	373,3	109,7	397,5	109,6	121,2	115,8	129,1	101,7	109,4	111,3	108,0	109,4	229,0
ii) Dívida Contratual Externa	2.196,6	76,7	4.802,2	2.023,8	91,1	153,3	17,2	279,4	300,2	2.167,7	1.060,4	909,1	3.269,5
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	2.628,7	53,0	3.552,8	2.662,2	1.203,3	3.434,3	617,3	6.076,8	239,6	2.328,3	3.209,4	2.513,9	3.769,4
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	8.648,9	9.692,7	19.733,5	9.464,9	6.509,8	12.167,8	8.184,0	9.600,1	9.674,4	9.503,1	9.796,6	9.997,3	10.030,0
II.2.5 - Custeio e Investimento	4.319,1	3.712,8	6.757,8	3.821,9	4.978,7	5.563,2	6.564,5	5.569,2	5.879,7	6.495,9	5.880,4	8.552,8	5.337,9
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	888,5	453,2	1.159,0	228,2	303,5	217,6	158,9	204,6	227,1	430,5	422,5	298,6	354,5
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	-165,9	3.832,8	-6.023,0	-4.778,3	6.041,6	499,7	6.835,3	1.687,0	3.687,8	288,9	1.839,0	24,6	-1.815,2
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	36.612,6	10.810,9	20.221,5	26.905,3	10.709,0	19.240,8	24.014,6	8.483,0	23.869,0	30.017,8	19.299,8	23.279,7	3.801,9
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	35.437,8	10.406,9	14.756,6	26.219,8	9.662,3	18.381,9	21.604,6	7.342,8	23.065,4	28.433,9	18.156,8	22.511,2	2.879,8
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.174,7	404,0	5.464,8	685,5	1.046,7	858,9	2.410,0	1.140,1	803,6	1.583,8	1.143,0	768,5	922,1
V. DESPESAS	13.904,0	23.853,9	27.512,6	23.225,2	8.920,2	25.347,6	3.856,8	34.332,8	20.161,4	29.375,9	18.959,5	15.407,2	36.764,6
V.1 - Amortização da Dívida Interna	10.910,8	18.175,2	20.417,7	22.161,7	9.693,7	24.969,7	2.956,7	33.879,2	16.658,9	27.213,4	18.010,9	13.292,7	32.328,6
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	10.337,8	18.076,7	19.125,7	22.061,6	9.587,3	24.861,6	2.821,5	33.781,9	16.541,1	27.126,6	17.918,1	13.285,5	31.978,5
V.1.2 - Dívida Contratual	573,0	98,5	1.292,0	100,0	106,3	108,1	135,2	97,3	117,9	86,8	92,7	7,2	350,1
V.2 - Amortização da Dívida Externa	2.993,2	5.678,7	7.094,9	1.063,5	-773,5	377,9	900,2	453,6	3.502,4	2.162,5	948,7	2.114,5	4.436,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	25.100,0	-7.669,8	-4.369,0	4.158,2	75,0	-6.479,7	18.783,1	-26.439,1	6.524,3	1.307,3	238,7	9.225,7	-29.098,7
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	4.493,4	-6.516,3	-25.543,0	-9.353,1	12.296,6	-17.540,6	12.012,7	5.058,0	6.394,9	-2.478,1	-19,6	450,4	675,0
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	27.036,1	-15.726,5	-38.857,1	-10.451,2	20.127,1	-23.147,7	39.005,7	-19.104,9	13.790,3	-1.547,4	2.159,7	8.347,4	-34.102,9

(*) Critério Liberação. Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Out/2003	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2004
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	8.343,4	3.683,7	2.169,3	6.776,9	12.565,3	16.059,6	20.072,7	20.108,0	7.209,2	28.826,9	5.645,4	10.750,4	28.569,3
I.1. Emissão de Títulos	6.368,3	0,0	0,0	6.131,9	4.522,7	14.832,1	18.260,7	15.695,3	6.324,7	27.832,0	4.267,7	7.403,3	27.034,7
I.2. Remuneração das Disponibilidades	1.906,1	3.520,6	2.137,7	608,4	2.342,4	1.103,8	1.623,0	3.987,4	736,4	890,6	1.233,4	766,4	1.364,0
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	69,0	163,2	31,6	36,6	198,6	123,7	189,0	425,3	148,1	104,2	144,2	84,8	170,7
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	5.501,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2.495,9	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	3.850,0	10.200,0	27.712,3	16.130,0	268,6	33.600,2	8.060,0	15.050,0	814,3	31.305,0	5.665,0	10.300,0	27.894,3
II.1. Resgate de Títulos	3.305,4	8.500,0	24.444,9	14.090,9	-605,2	30.208,5	7.600,0	12.800,0	0,1	27.620,0	4.215,0	8.885,8	25.093,9
II.2. Encargos da DPMF	544,6	1.700,0	3.267,4	2.039,1	873,9	3.391,7	460,0	2.250,0	814,2	3.685,0	1.450,0	1.414,2	2.800,4
III. RESULTADO (I - II)	4.493,4	-6.516,3	-25.543,0	-9.353,1	12.296,6	-17.540,6	12.012,7	5.058,0	6.394,9	-2.478,1	-19,6	450,4	675,0

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO (*)

R\$ milhões

	Out/2003	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2004
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	0,0	66,1	35,3	13,5	10,3	6,6	11,5	6,3	9,4	9,9	7,6	6,7	11,2
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	131,3	13,4	0,0	0,0	173,5	1,9	0,0	0,0	0,0	16,2	133,1	0,0	0,0
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	166,0	8,0	149,7	17,6	-4,5	157,1	-94,4	-51,1	-105,4	17,2	7,1	7,8	13,5
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	10,1	1,1	2,1	0,6	0,3	0,3	0,0	0,0	0,2	0,0	0,3	0,2
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	165,5	-2,1	149,2	0,5	0,0	156,9	-94,7	-51,1	-98,6	16,9	7,1	7,3	13,3
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	0,5	0,0	-0,6	15,0	-5,1	0,0	0,0	0,0	-6,8	0,0	0,0	0,2	0,0
IV. PRONAF	332,6	-36,4	245,2	97,4	80,9	46,9	89,5	57,5	83,2	119,0	94,1	53,0	30,6
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	132,5	30,7	122,8	23,9	21,2	20,0	21,2	19,3	21,0	78,9	73,2	20,9	25,9
IV.2. Concessão de Financiamento (1)	200,1	-67,1	122,4	73,4	59,7	26,9	68,3	38,2	62,2	40,1	20,9	32,1	4,7
V. PROEX	194,9	32,1	458,6	-8,2	-75,6	70,0	-4,6	11,4	33,9	73,9	100,5	132,8	36,2
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	152,1	44,8	316,4	10,3	0,0	49,2	8,6	58,0	13,4	73,7	27,2	54,4	15,4
V.2. Concessão de Financiamento (1)	42,8	-12,7	142,2	-18,5	-75,6	20,7	-13,2	-46,7	20,4	0,2	73,3	78,4	20,8
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)	0,0	0,0	88,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	36,2	0,0	0,0	0,0	0,0
VII. CACAU	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	0,0	0,2	4,2	26,3	45,3	35,2	54,7	63,1	10,2	53,2	61,9	10,4	0,0
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	421,9	3,2	1.503,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	129,2
X. FUNDO DA TERRA/ INCRA (1)	0,0	0,0	0,0	-0,9	7,7	-0,4	38,4	-9,4	7,6	14,1	0,6	34,8	57,1
XI. TOTAL	1.246,7	86,7	2.485,1	145,7	237,5	317,3	95,0	78,4	75,1	303,4	405,0	246,1	277,9

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

(1) Concessão de empréstimos menos retornos.

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Out/2003	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2004
I. DÍVIDA INTERNA	160.170,3	167.874,3	170.978,3	163.738,6	168.651,0	182.193,1	186.630,5	162.567,4	165.496,8	160.394,4	164.751,3	171.830,5	174.647,4
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	689.125,3	700.668,5	703.320,0	708.313,5	714.575,0	734.065,4	744.454,4	724.948,3	736.414,8	739.003,6	745.544,0	757.366,3	764.214,2
Dívida Bancária	25.682,9	25.692,8	25.681,8	25.643,9	25.609,6	25.541,6	25.510,7	25.494,5	25.470,7	25.465,9	25.442,0	25.415,9	25.402,9
INSS	-15.117,5	-15.183,6	-15.256,5	-15.348,0	-15.470,8	-15.637,9	-15.783,3	-15.964,9	-16.197,9	-16.406,9	-16.593,9	-16.811,3	-16.892,0
Lei 7.976/89	-10.092,6	-10.265,7	-9.683,7	-9.778,1	-9.654,4	-9.609,4	-9.422,8	-9.698,8	-9.339,8	-9.094,7	-8.819,6	-8.570,7	-8.565,3
Bônus Renegociação	-19.612,0	-20.246,0	-19.716,8	-20.015,8	-19.808,6	-19.660,9	-18.850,3	-20.034,3	-19.667,6	-19.107,9	-18.595,0	-18.126,7	-17.650,3
Lei 8.727/93	-47.749,2	-47.792,1	-47.806,2	-47.775,1	-47.771,9	-47.684,4	-47.700,2	-47.765,6	-47.823,3	-47.911,6	-47.959,0	-48.014,4	-48.040,4
Lei 9.496/97	-208.972,6	-210.416,9	-211.717,4	-213.702,4	-215.602,8	-218.539,4	-220.618,8	-223.561,6	-227.213,1	-230.668,9	-233.701,8	-237.054,4	-237.968,3
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-30.309,1	-30.526,3	-30.792,1	-31.090,8	-31.463,3	-31.882,5	-32.250,8	-32.698,2	-33.249,1	-33.833,8	-34.364,1	-34.893,8	-35.245,0
Recebíveis das Estatais	-32.571,9	-33.329,4	-33.704,1	-33.541,2	-33.675,7	-34.171,6	-35.361,9	-35.901,4	-36.169,0	-35.738,4	-36.256,1	-37.308,8	-37.036,3
Outros	-43.219,0	-43.760,2	-43.861,1	-44.199,5	-44.044,5	-44.331,7	-44.415,7	-44.469,8	-44.753,7	-45.063,2	-44.923,6	-44.430,4	-44.504,4
Fat	-87.455,0	-88.374,6	-89.712,2	-91.709,3	-92.573,9	-94.308,0	-95.323,0	-96.514,9	-98.802,7	-100.786,7	-100.745,0	-101.214,5	-101.963,6
Demais Entidades	-39.492,4	-39.914,4	-40.993,9	-41.310,4	-41.102,4	-41.873,3	-42.201,9	-42.870,8	-43.553,9	-44.165,5	-44.657,8	-45.108,4	-45.712,1
Créditos das Operações Oficiais	-12.738,7	-13.219,1	-13.563,9	-13.761,9	-13.745,7	-13.531,8	-13.649,3	-13.928,3	-13.893,6	-13.721,5	-13.561,0	-13.852,6	-13.215,4
Arrecadação a Recolher	-7.307,9	-5.458,8	-1.215,4	-7.986,2	-6.619,6	-6.182,9	-7.756,6	-4.466,8	-5.725,0	-7.576,0	-6.057,8	-5.565,6	-8.176,5
II. DÍVIDA EXTERNA	218.487,5	226.243,6	220.639,8	228.439,2	225.289,6	224.477,3	214.290,0	228.178,2	227.088,0	221.758,7	215.267,3	211.810,1	212.831,4
Dívida Mobiliária	167.760,7	173.813,1	171.614,0	178.835,2	177.162,9	176.587,1	166.315,0	177.248,8	178.382,5	175.445,7	170.452,2	168.306,0	169.098,2
Títulos Depositados em Garantias	-3.522,2	-3.662,0	-3.649,4	-3.797,8	-3.867,3	-3.912,3	-3.673,0	-3.920,1	-3.935,2	-3.893,3	-3.960,4	-3.856,1	-3.933,9
Dívida Contratual	55.165,6	57.006,7	53.544,8	53.766,4	52.364,9	52.149,8	52.028,2	55.256,8	53.030,5	50.563,0	49.150,1	47.822,4	48.125,6
Disponibilidades	-916,7	-914,2	-869,5	-364,6	-370,9	-347,2	-380,2	-407,3	-389,9	-356,7	-374,6	-462,2	-458,5
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	378.657,7	394.118,0	391.618,1	392.177,8	393.940,5	406.670,4	400.920,4	390.745,6	392.584,9	382.153,1	380.018,6	383.640,6	387.478,7
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	25,3%	26,2%	25,9%	25,7%	25,6%	26,2%	25,5%	24,6%	24,4%	23,6%	23,2%	23,2%	23,3%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Out/2003	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2004
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	167.760,7	173.813,1	171.614,0	178.835,2	177.162,9	176.587,1	166.315,0	177.248,8	178.382,5	175.445,7	170.452,2	168.306,0	169.098,2
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	46.778,4	48.304,8	47.318,9	48.165,6	47.721,8	47.591,6	45.444,3	48.290,0	47.956,7	46.606,5	45.174,5	43.972,3	41.278,6
Brazil Investment Bond (BIB)	884,5	913,4	894,8	910,8	902,4	855,7	866,3	920,6	914,2	890,5	863,1	796,8	796,2
Par Bond (PB)	4.396,3	4.539,7	4.447,1	4.526,6	4.484,9	4.476,9	4.532,5	4.816,3	4.783,1	4.643,5	4.500,9	4.385,5	4.382,3
Discount Bond (DB)	3.832,4	3.957,5	3.876,7	3.946,1	3.909,7	3.902,8	3.951,2	4.198,6	4.169,6	3.971,9	3.849,9	3.751,2	3.743,0
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.467,2	1.515,1	1.484,1	1.510,7	1.496,8	1.494,1	1.375,1	1.461,2	1.451,2	1.413,5	1.370,0	1.334,9	1.200,6
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	18.678,4	19.287,9	18.894,2	19.232,3	19.055,1	19.021,1	18.340,2	19.488,6	19.354,1	18.851,5	18.272,3	17.803,9	16.901,3
Debt Conversion Bond (DCB)	10.723,9	11.073,9	10.847,8	11.042,0	10.940,2	10.920,7	10.405,9	11.057,5	10.981,2	10.696,0	10.367,4	10.101,6	9.463,4
New Money Bond (NMB)	3.272,6	3.379,4	3.310,4	3.369,7	3.338,6	3.332,6	3.067,3	3.259,4	3.236,9	3.152,8	3.055,9	2.977,6	2.677,9
Eligible Interest (EI)	3.523,0	3.638,0	3.563,7	3.627,5	3.594,1	3.587,6	2.905,7	3.087,7	3.066,4	2.986,8	2.895,0	2.820,8	2.114,0
I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO	120.982,3	125.508,2	124.295,1	130.669,6	129.441,1	128.995,5	120.870,7	128.958,8	130.425,9	128.839,2	125.277,7	124.333,7	127.819,6
Euro 2004	1.635,8	1.734,2	1.788,8	1.797,4	1.786,0	1.755,6	1.730,3	1.872,1	1.859,7	1.783,6	1.753,1	-	-
Euro 2005	4.132,8	4.381,6	4.519,4	4.541,3	4.512,5	4.435,6	4.371,7	4.730,0	4.698,5	4.506,4	4.429,3	4.403,9	4.501,9
Euro 2006	2.296,7	2.435,0	2.511,6	2.523,8	2.507,7	2.465,0	2.429,5	2.628,6	2.611,1	2.504,3	2.461,5	2.447,4	2.501,9
Euro 2007	2.503,7	2.654,5	2.737,9	2.751,2	2.733,7	2.687,2	2.648,5	2.865,5	2.846,4	2.730,0	2.683,4	2.668,0	2.727,3
Euro 2009	1.669,1	1.769,6	1.825,3	1.834,1	1.822,5	1.791,4	1.765,6	1.910,3	1.897,6	1.820,0	1.788,9	1.778,6	1.818,2
Euro 2010	2.503,7	2.654,5	2.737,9	2.751,2	2.733,7	2.687,2	2.648,5	2.865,5	2.846,4	2.730,0	2.683,4	2.668,0	2.727,3
Euro 2011	3.338,3	3.539,3	3.650,6	3.668,2	3.645,0	3.582,9	3.531,3	3.820,7	3.795,2	3.640,0	3.577,8	3.557,3	3.636,4
Euro 2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.557,3
Eurolibra 2007	729,7	761,9	777,4	804,6	816,7	805,4	786,2	860,8	849,0	826,7	793,7	777,6	788,6
Euroliira 2017	1.293,0	1.370,8	1.414,0	1.420,8	1.411,8	1.387,7	1.367,8	1.479,8	1.470,0	1.409,9	1.385,8	1.377,8	1.408,5
Global 2004	8.568,6	8.848,2	8.667,6	8.822,7	8.741,4	8.725,8	-	-	-	-	-	-	-
Global 2005	2.856,2	2.949,4	2.889,2	2.940,9	2.913,8	2.908,6	2.944,7	3.129,1	3.107,5	3.026,8	2.933,8	2.858,6	2.856,5
Global 2006	4.284,3	4.424,1	4.333,8	4.411,4	4.370,7	4.362,9	4.417,1	4.693,7	4.661,3	4.540,2	4.400,7	4.287,9	4.284,8
Global 2007	7.140,5	7.373,5	7.223,0	7.352,3	7.284,5	7.271,5	7.361,8	7.822,8	7.768,8	7.567,0	7.334,5	7.146,5	7.141,3
Global 2008	7.140,5	7.373,5	7.223,0	7.352,3	7.284,5	7.271,5	7.361,8	7.822,8	7.768,8	7.567,0	7.334,5	7.146,5	7.141,3
Global 2009	5.712,4	5.898,8	5.778,4	5.881,8	5.827,6	5.817,2	5.854,6	6.258,2	6.189,4	6.068,0	5.854,6	5.781,2	5.855,4
Global 2010	7.140,5	7.373,5	7.223,0	7.352,3	7.284,5	7.271,5	7.361,8	7.822,8	7.768,8	7.567,0	7.334,5	7.146,5	7.141,3
Global 2011	3.570,3	3.686,8	3.611,5	3.676,1	3.642,3	3.635,8	3.680,9	3.911,4	3.884,4	3.783,5	3.667,3	3.573,3	3.570,6
Global 2012	3.570,3	3.686,8	3.611,5	3.676,1	3.642,3	3.635,8	3.680,9	3.911,4	3.884,4	3.783,5	3.667,3	3.573,3	3.570,6
Global 2013	3.570,3	3.686,8	3.611,5	3.676,1	3.642,3	3.635,8	3.680,9	3.911,4	3.884,4	3.783,5	3.667,3	3.573,3	3.570,6
Global 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.270,1	2.200,4	2.144,0	2.142,4
Global 2019	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.856,5
Global 2020	2.856,2	2.949,4	2.889,2	2.940,9	2.913,8	2.908,6	2.944,7	3.129,1	3.107,5	3.026,8	2.933,8	2.858,6	2.856,5
Global 2024	8.496,3	8.773,6	8.594,5	8.748,3	8.667,7	8.652,2	8.759,6	9.308,1	9.243,9	9.003,8	8.727,2	8.503,5	8.497,2
Global 2027	9.996,7	10.322,9	10.112,2	10.293,2	10.198,3	10.180,1	10.306,5	10.951,9	10.876,3	10.593,8	10.268,3	10.005,1	9.997,8
Global 2030	4.569,9	4.719,0	4.622,7	4.705,4	4.662,1	4.653,8	4.711,5	5.006,6	4.972,0	4.842,9	4.694,1	4.573,8	4.570,4
Global 2034	-	-	-	4.411,4	4.370,7	4.362,9	4.417,1	4.693,7	4.661,3	4.540,2	4.400,7	4.287,9	4.284,8
Global 2040	14.730,3	15.211,0	14.900,5	15.167,1	15.027,4	15.000,6	15.186,7	16.137,7	16.026,3	15.610,1	15.130,5	14.742,7	14.731,9
Marco Alemão 2007	1.706,8	1.809,6	1.866,5	1.875,5	1.863,6	1.831,9	1.805,5	1.953,5	1.940,5	1.861,1	1.829,3	1.818,8	1.859,3
Marco Alemão 2008	1.280,1	1.357,2	1.399,9	1.406,7	1.397,7	1.373,9	1.354,1	1.465,1	1.455,3	1.395,8	1.372,0	1.364,1	1.394,5
Samurai 2006	1.581,1	1.612,6	1.617,5	1.665,7	1.601,4	1.670,3	1.597,1	1.712,8	1.712,2	1.629,1	1.610,1	1.556,7	1.607,0
Samurai 2007	2.108,2	2.150,2	2.156,6	2.220,9	2.135,1	2.227,1	2.129,5	2.283,7	2.282,9	2.172,2	2.146,8	2.075,7	2.142,6
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.522,2	-3.662,0	-3.649,4	-3.797,8	-3.867,3	-3.912,3	-3.673,0	-3.920,1	-3.935,2	-3.893,3	-3.960,4	-3.856,1	-3.933,9
III. DÍVIDA CONTRATUAL	55.165,6	57.006,7	53.544,8	53.766,4	52.364,9	52.149,8	52.028,2	55.256,8	53.030,5	50.563,0	49.150,1	47.822,4	48.125,6
IV. DISPONÍB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-916,7	-914,2	-869,5	-364,6	-370,9	-347,2	-380,2	-407,3	-389,9	-356,7	-374,6	-462,2	-458,5
V. TOTAL (I+II+III+IV)	218.487,5	226.243,6	220.639,8	228.439,2	225.289,6	224.477,3	214.290,0	228.178,2	227.088,0	221.758,7	215.267,3	211.810,1	212.831,4
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	14,6%	15,0%	14,6%	15,0%	14,7%	14,4%	13,7%	14,4%	14,1%	13,7%	13,1%	12,8%	12,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Out/2003	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2004
DIVIDA MOBILIARIA TOTAL	999.925,1	1.007.129,1	980.367,7	987.953,5	1.000.121,2	1.023.720,3	1.029.020,5	1.017.380,1	1.037.579,1	1.038.438,3	1.045.751,0	1.057.082,6	1.066.393,2
I. Dívida em Mercado	689.125,3	700.668,5	703.320,0	708.313,5	714.575,0	734.065,4	744.454,4	724.948,3	736.414,8	739.003,6	745.544,0	757.366,3	764.214,2
Dívida Securitizada	22.188,3	20.944,2	19.879,7	19.805,8	19.958,0	19.023,9	19.163,1	19.210,3	19.389,5	19.331,3	19.466,0	19.294,0	19.095,8
TDA	2.058,5	2.015,1	1.933,3	2.043,2	2.038,8	2.085,7	2.066,4	2.125,3	2.125,8	2.172,4	2.388,3	2.390,0	2.519,7
LTN	70.985,4	85.216,6	91.309,9	92.174,7	100.285,7	116.192,3	120.271,3	121.509,0	126.436,0	113.756,1	125.601,0	133.273,0	133.507,8
LFT	443.403,9	439.395,6	433.346,5	436.104,8	435.157,2	440.258,9	442.530,7	417.499,1	420.989,2	436.969,6	430.126,0	434.074,0	443.118,8
LFT-A	3.570,6	3.589,9	3.610,2	3.626,5	3.636,0	3.655,9	3.668,5	3.682,6	3.696,5	3.704,4	3.720,2	3.734,2	3.746,5
LFT-B	7.507,7	7.455,6	6.494,0	6.415,7	6.347,8	5.963,1	5.938,6	5.958,6	5.513,2	5.533,8	5.563,8	5.504,5	5.385,9
NTN-A	12.772,8	13.216,2	12.975,3	13.233,7	13.139,4	13.084,8	13.097,3	13.944,3	13.875,5	13.545,0	13.159,4	12.807,2	12.651,4
NTN-B	15.618,2	15.765,9	18.049,9	19.576,6	21.210,6	21.647,2	22.786,4	22.437,3	23.591,3	25.248,1	25.372,1	25.745,6	26.194,6
NTN-C	57.837,5	58.810,3	61.897,4	61.664,0	62.588,8	64.322,1	66.681,5	69.979,0	72.470,1	72.781,4	74.820,9	75.844,9	76.422,8
NTN-D	29.651,7	30.655,0	30.110,1	29.610,1	26.019,6	23.587,3	23.849,4	23.758,7	23.603,0	21.484,3	20.890,8	20.309,1	17.128,0
NTN-F	-	-	449,0	902,9	1.201,2	1.209,4	1.298,4	1.309,1	1.311,6	1.265,3	1.282,2	1.297,4	1.604,5
NTN-I	1.317,4	1.371,2	1.601,9	1.602,0	1.565,2	1.577,3	1.557,9	1.661,1	1.629,0	1.633,2	1.589,2	1.579,0	1.557,8
NTN-P	2.591,9	2.609,3	2.626,9	2.643,0	2.657,3	2.674,9	2.690,3	2.707,7	2.725,6	2.744,2	2.763,1	2.781,3	2.798,0
CFT-A	12.993,3	12.859,9	12.327,2	12.210,2	12.216,5	12.188,6	12.207,0	12.263,4	12.318,3	12.160,9	12.198,3	12.187,7	11.965,2
CFT-D	2.829,5	2.913,0	2.845,1	2.887,4	2.851,8	2.838,3	2.864,5	3.034,6	3.004,1	2.917,0	2.818,4	2.737,2	2.724,3
Demais	3.798,7	3.850,8	3.863,7	3.812,9	3.701,2	3.755,7	3.783,1	3.868,2	3.736,1	3.756,7	3.784,1	3.807,2	3.793,0
II. Dívida com BACEN	310.799,8	306.460,6	277.047,8	279.640,0	285.546,3	289.654,9	284.566,1	292.431,8	301.164,2	299.434,7	300.207,0	299.716,4	302.179,0
LTN	100.576,7	102.217,9	100.893,8	106.415,7	112.126,9	128.815,9	120.829,4	122.606,5	124.775,1	103.178,7	108.903,7	114.717,6	102.506,1
LFT	130.495,7	122.708,0	96.603,3	97.869,0	98.601,4	90.794,8	91.895,5	95.509,8	102.678,0	124.225,5	121.176,3	119.584,8	133.999,4
NTN-D	66.289,6	68.303,7	66.692,1	62.067,1	61.382,4	56.763,0	57.785,9	60.465,2	59.726,6	58.070,3	56.243,9	51.476,7	51.607,8
Demais	13.437,8	13.230,9	12.858,6	13.288,3	13.435,6	13.281,3	14.055,2	13.850,3	13.984,5	13.960,0	13.883,2	13.937,3	14.065,8
Dívida em Mercado/PIB	46,1%	46,6%	46,4%	46,4%	46,5%	47,2%	47,4%	45,7%	45,8%	45,6%	45,5%	45,9%	45,9%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Out/2003	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2004
I. INTERNA	-126.947,4	-128.288,9	-130.706,1	-133.019,7	-133.676,3	-136.181,4	-137.525,0	-139.385,7	-142.356,5	-144.952,3	-145.402,8	-146.322,9	-147.675,8
Dívida contratual	689,1	709,5	487,3	495,5	490,8	487,3	489,7	506,5	476,6	466,2	453,4	441,1	429,7
FAT	-87.455,0	-88.374,6	-89.712,2	-91.709,3	-92.573,9	-94.308,0	-95.323,0	-96.514,9	-98.802,7	-100.786,7	-100.745,0	-101.214,5	-101.963,6
Aplicações financeiras	-4.764,2	-4.601,1	-4.254,8	-4.127,7	-3.591,3	-3.649,7	-3.474,0	-3.738,6	-3.770,3	-3.785,0	-3.787,7	-3.800,6	-3.873,3
Fundos Regionais	-24.157,2	-24.565,0	-24.849,1	-25.383,6	-25.757,5	-26.149,5	-26.528,0	-26.790,0	-27.283,2	-27.668,8	-28.062,0	-28.403,8	-28.803,5
Demais	-11.260,2	-11.457,7	-12.377,3	-12.294,7	-12.244,4	-12.561,5	-12.689,6	-12.848,7	-12.977,0	-13.178,0	-13.261,4	-13.345,0	-13.465,0
II. EXTERNA	-916,7	-914,2	-869,5	-364,6	-370,9	-347,2	-380,2	-407,3	-389,9	-356,7	-374,6	-462,2	-458,5
Disponibilidades	-916,7	-914,2	-869,5	-364,6	-370,9	-347,2	-380,2	-407,3	-389,9	-356,7	-374,6	-462,2	-458,5
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-127.864,1	-129.203,1	-131.575,6	-133.384,3	-134.047,3	-136.528,6	-137.905,2	-139.793,0	-142.746,4	-145.309,0	-145.777,3	-146.785,1	-148.134,3
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-8,6%	-8,6%	-8,7%	-8,7%	-8,7%	-8,8%	-8,8%	-8,8%	-8,9%	-9,0%	-8,9%	-8,9%	-8,9%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração

COMENTÁRIOS

No mês de outubro de 2004, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram acréscimo nominal de 7,0% (sete vírgula zero por cento) quando comparados aos repasses efetuados em setembro de 2004.

Em outubro de 2004, as transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 3.366,6 milhões, contra R\$ 3.145,9 milhões no mês de setembro, já descontada a parcela de 15 % para o FUNDEF.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes as distribuições decenciais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: -> Governo

-> DAF-Distribuição da Arrecadação Federal

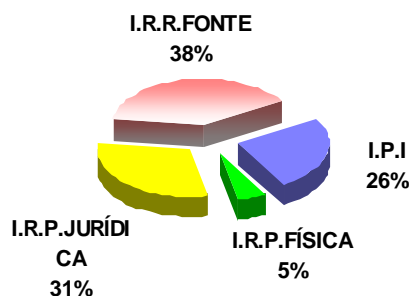
Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio dos telefones (0xx61) 412-3116, 412-3023. **Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional : (0xx61) 481-8000.**

Alertamos, novamente, aos beneficiários dos Fundos de Participação que a partir do mês de junho de 2004, inicia-se o processo de restituição do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, ano base 2003, com reflexo no valor das cotas do Fundo.

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em **outubro** os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

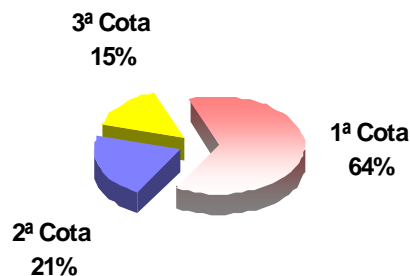
BASE DE CÁLCULO DO FPM/FPE/FNO FNE/FCO



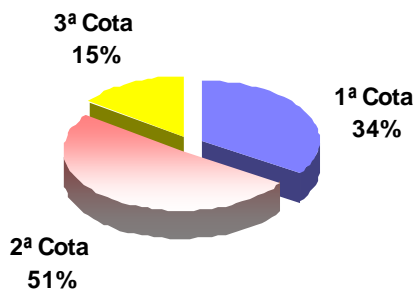
DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

FPE/FPM/FNE/FNO/FCO



IPI-EXP



DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	OUT	SET	JAN A OUT	OUT/04 SET/04	OUT/04 OUT/03	JAN A OUT/04 JAN A OUT/03
2003	1.698,9	1.665,2	18.788,7	-	-	-
2004	2.023,9	1.891,2	20.541,2	+7,0%	+19,1 %	+9,3 %

ANO	FPE * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	OUT	SET	JAN A OUT	OUT/04 SET/04	OUT/04 OUT/03	JAN A OUT/04 JAN A OUT/03
2003	1.623,3	1.591,2	17.953,6	-	-	-
2004	1.934,0	1.807,2	19.628,3	+7,0%	+19,1 %	+9,3 %

(*) Não excluídos 15% para o FUNDEF.

PREVISTO X REALIZADO

De acordo com a Portaria STN 639/03 os créditos relativos ao mês de **outubro** foram efetuados nas seguintes datas: **08/10, 20/10 e 29/10**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
OUT	+6,0%	+7,0%	+6,0%	+7,0%	-4,0%	+4,9%

DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de setembro a 20 de outubro, conforme demonstrativo abaixo: **R\$ Milhões**

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
	IPI	IR	IPI+IR			Valores Distribuídos			
						FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1)(2)	FUNDEF(2)
3º Dec./Set.	673,9	4.708,0	5.381,9						
Set/2004	1.641,0	7.273,6	8.914,6	Out/2004	8.995,5	1.643,9	1.720,4	168,3	623,4
1º Dec./Out.	1.010,4	1.145,8	2.156,2	3º Dec/SET	5.381,9	983,5	1.029,3	57,3	365,3
2º Dec./Out.	295,8	1.161,5	1.457,4	1º Dec/OUT	2.156,2	394,0	412,4	85,9	157,5
3º Dec./Out.	334,7	4.966,3	5.301,0	2º Dec/OUT	1.457,4	266,3	278,7	25,1	100,6

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM	FPE	IPIEXP	FUNDEF UNIÃO
AC	9.465,95	56.238,62	16,96	11.636,61
AL	40.730,88	68.388,86	394,35	19.968,33
AM	24.065,50	45.872,04	5.377,12	13.719,17
AP	6.514,44	56.090,67	1,35	11.220,95
BA	155.364,90	154.466,33	11.230,33	60.252,19
CE	89.568,68	120.613,02	1.986,74	38.133,72
DF	3.494,53	11.346,36	10,09	2.964,90
ES	30.693,23	24.658,85	7.793,78	12.955,29
GO	62.997,58	46.738,39	1.380,24	20.175,99
MA	69.095,43	118.661,68	1.592,00	46.359,28
MG	226.127,94	73.228,57	19.076,19	61.678,22
MS	25.607,50	21.897,06	1.038,70	9.091,18
MT	32.567,25	37.940,11	1.485,24	13.529,44
PA	62.519,37	100.476,60	6.338,44	38.142,36
PB	55.432,66	78.725,85	511,43	23.887,46
PE	86.808,03	113.434,01	1.049,46	34.148,17
PI	42.642,07	71.040,51	112,18	21.608,99
PR	116.175,29	47.397,60	18.539,19	36.422,50
RJ	50.904,18	25.114,22	17.310,08	18.962,36
RN	43.324,67	68.681,48	458,93	20.000,68
RO	15.539,93	46.286,31	198,12	11.051,46
RR	8.210,80	40.780,81	14,39	8.664,37
RS	116.074,74	38.711,11	24.370,15	35.855,30
SC	66.901,72	21.038,93	14.260,04	19.561,71
SE	24.922,06	68.309,95	98,47	16.576,54
SP	230.759,97	16.439,23	33.662,86	61.984,27
TO	26.202,34	71.346,28	7,45	17.249,23
TOTAL	1.722.711,65	1.643.923,45	168.314,28	685.800,69

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP. e FUNDEF-União. (3) Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	Nov/Out	Dez/Nov	Jan/Dez
FPM/FPE/FNE/FNO/FCO	+0,5 %	+7,0 %	+24,0 %
IPI-EXP	- 1,0 %	-12,0 %	+18,0%

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Jan/2004	18/02/04	Jun/2004	30/08/04
Fev/2004	26/03/04	Jul/2004	30/08/04
Mar/2004	20/04/04	Jan a Jun/2004	30/08/04
Abr/2004	21/05/04	Ago/2004	30/09/04
Mai/2004	01/07/04	Set/2004	20/10/04

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 26 de dezembro de 2003, a Portaria STN 639, de 19 de dezembro de 2003, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2004.

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - **COPEM**

Fone: (61) 412.3116/3023 Fax: (61) 412.1580

Email: copem.df.stn@fazenda.gov.br

COMPORTAMENTO NO MÊS

Em outubro de 2004, as transferências para o FUNDEF alcançaram o montante de R\$ 2.434,8 milhões, contra R\$ 2.332,0 milhões em setembro de 2004. Os repasses para o Fundo apresentaram acréscimo de 4,4% em valores nominais. Contribuíram para esse comportamento o acréscimo da ordem de 7,0% do FPM/FPE.

As informações relativas às transferências do FUNDEF estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas do FUNDEF com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: >Governo, >DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para ver Demonstrativo.

Não deixe de consultar, também a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional:(061)481-8000.

R\$ Mil

Origens	setembro	Partic.	outubro	Partic.	Out/Set
FPM	281.519,1	12,1%	301.270,7	12,4%	7,0%
FPE	271.084,6	11,6%	290.104,1	11,9%	7,0%
IPI-EXP	28.320,4	1,2%	29.702,5	1,2%	4,9%
LC 87/96	42.387,5	1,8%	42.387,5	1,7%	0,0%
LC 102/00					
Compl. União	22.335,8	1,0%	22.335,8	0,9%	0,0%
ICMS	1.686.398,2	72,3%	1.749.000,6	71,8%	3,7%
Total	2.332.045,6	100%	2.434.801,3	100%	4,4%

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria. As questões relativas ao FUNDEF podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones (61) 2104-8648, 2104-9270, 2104-9295
- por meio do Fax (61) 2104-9283;
- por meio de e-mail: fundef@mec.gov.br ;
- por correspondência endereçada ao:

Depto. de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/MEC
Esplanada dos Ministérios, Bloco L 5º andar sala 501
70.047-900 – Brasília - DF

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de
Estados e Municípios - **COPEM**

Fone: (61) 412.3116//3023 Fax: (61) 412. 1580
Email: copem.df.stn@fazenda.gov.br

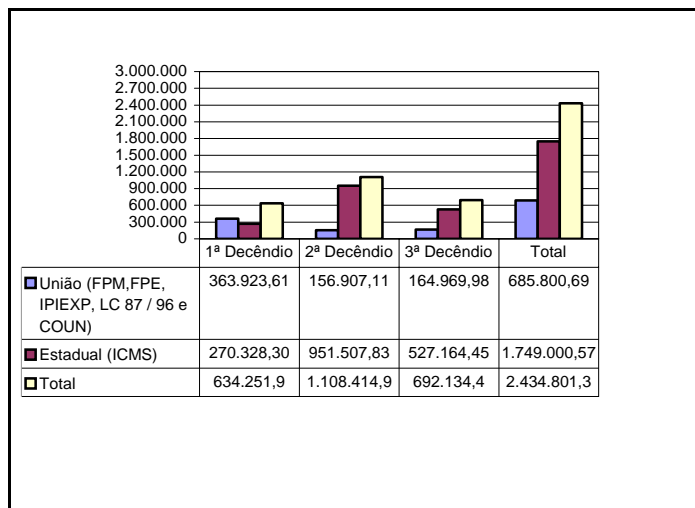
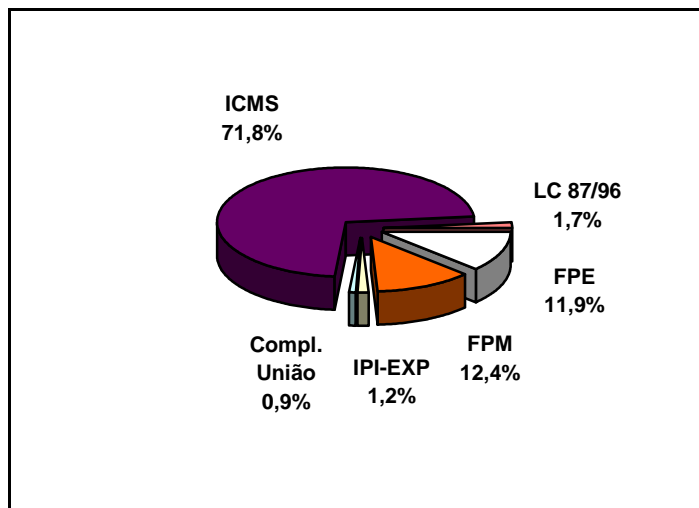
COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO PARA 2004 - PORTARIA Nº 024, DE 29 DE JANEIRO DE 2004

Portaria MF nº 24, de 29 de janeiro de 2004, publicado no D.O.U. em 30/01/04, divulga o cronograma com a estimativa dos valores mensais da complementação da União ao FUNDEF, para o ano de 2004.

MÊS	ALAGOAS	BAHIA	MARANHÃO	PARÁ	PIAUI	TOTAL
JANEIRO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
FEVEREIRO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
MARÇO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
ABRIL	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
MAIO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
JUNHO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
JULHO	855.690	6.044.130	36.693.765	19.215.750	4.198.125	67.007.460
AGOSTO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
SETEMBRO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
OUTUBRO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
NOVEMBRO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
DEZEMBRO	1.140.920	8.058.840	48.925.020	25.621.000	5.597.500	89.343.280
TOTAL	4.848.910	34.250.070	207.931.335	108.889.250	23.789.375	379.708.940

FUNDEF BRASIL POR ORIGEM
FUNDEF BRASIL POR DECÊNDIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.


DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - OUTUBRO/2004 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	140.732	9.924	1.670	3	0	39	3.189	14.826	105,3	1.079,7
AL	681.631	12.069	7.188	70	285	357	10.787	30.756	45,1	458,0
AM	702.496	8.095	4.247	949	0	428	34.760	48.479	69,0	628,6
AP	123.954	9.898	1.150	0	0	173	2.556	13.777	111,1	1.122,0
BA	3.145.874	27.259	27.417	1.982	2.015	1.580	95.069	155.322	49,4	446,7
CE	1.629.478	21.285	15.806	351	0	692	33.080	71.214	43,7	437,3
DF(2)	295.507	2.002	617	2	0	344	0	2.965	10,0	103,5
ES	506.045	4.352	5.416	1.375	0	1.812	40.498	53.454	105,6	963,1
GO	946.678	8.248	11.117	244	0	567	45.340	65.516	69,2	742,0
MA	1.515.900	20.940	12.193	281	12.231	713	12.576	58.936	38,9	413,6
MG	3.234.938	12.923	39.905	3.366	0	5.484	181.849	243.528	75,3	698,0
MS	411.164	3.864	4.519	183	0	525	28.413	37.504	91,2	857,1
MT	575.966	6.695	5.747	262	0	825	39.822	53.351	92,6	857,3
PA	1.563.132	17.731	11.033	1.119	6.405	1.855	26.948	65.091	41,6	414,1
PB	785.138	13.893	9.782	90	0	122	13.196	37.084	47,2	490,0
PE	1.454.254	20.018	13.371	185	0	574	43.405	77.553	53,3	519,0
PI	680.126	12.537	7.525	20	1.399	128	12.895	34.504	50,7	470,2
PR	1.575.874	8.364	20.502	3.272	0	4.285	102.389	138.812	88,1	854,6
RJ	1.995.272	4.432	8.983	3.055	0	2.493	168.760	187.723	94,1	898,8
RN	556.513	12.120	7.646	81	0	154	18.058	38.059	68,4	662,6
RO	296.998	8.168	2.742	35	0	106	15.143	26.194	88,2	801,7
RR	73.528	7.197	1.449	3	0	16	1.865	10.529	143,2	1.461,3
RS	1.560.320	6.831	20.455	4.301	0	4.268	125.447	161.303	103,4	960,1
SC	881.442	3.713	11.806	2.516	0	1.526	66.819	86.381	98,0	952,9
SE	382.172	12.055	4.398	17	0	106	12.587	29.164	76,3	729,3
SP	5.136.533	2.901	39.962	5.941	0	13.181	605.977	667.961	130,0	1.181,4
TO	272.309	12.591	4.624	1	0	33	7.569	24.818	91,1	922,1
Total	31.123.974	290.104	301.271	29.703	22.336	42.388	1.749.001	2.434.801	78,2	739,3

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 02, de 02.01.2004. Exceto, os municípios que não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Montante da UF (Estado e Municípios).

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.